



A MORTE DE LEONID ILITCH BREJNEV

## MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a seguinte mensagem de condolências:

Queridos Camaradas  
Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Leonid Ilitch Brejnev, secretário-geral do Comité Central do PCUS, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS e destacada figura do movimento comunista internacional.

A vida e a actividade do camarada Brejnev, à frente do Comité Central do PCUS, estão profundamente ligadas ao trabalho pacífico e criador do povo soviético na construção do socialismo e do comunismo, à luta pela libertação social e nacional dos trabalhadores e dos povos, à causa do desarmamento e da paz.

Neste momento de luto para os comunistas e o povo soviético, o Comité Central do Partido Comunista Português exprime ao Comité Central do PCUS e, por seu intermédio, a todos os membros do partido irmão soviético e aos povos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sentidos pésames e os sentimentos da fraternal amizade e solidariedade dos comunistas portugueses.

Lisboa, 11 de Novembro de 1982

O Comité Central do  
Partido Comunista Português

O PCP foi representado nos funerais do camarada Leonid Brejnev pelo seu secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal.

Pág. 8

Iuri  
Andropov  
secretário-  
-geral  
do CC  
do PCUS

O secretário-geral do PCP,  
camarada Álvaro Cunhal,  
enviou ao camarada Iuri  
Vladimirovich Andropov,  
secretário-geral do CC do  
PCUS, o seguinte tele-  
grama:

Em nome do Comité Central do  
Partido Comunista Português  
enviamos cordiais saudações e  
felicitaciones por motivo da sua  
designação para secretário-ge-  
-ral do PCUS desejando-lhe sin-  
-ceramente grandes êxitos na  
sua actividade à frente do  
grande Partido de Lenine.



Álvaro Cunhal

## O escândalo da RTP-Proença

- A **Comissão Nacional de Eleições** manifesta por unanimidade preocupação pelo «critério que a RTP tem assumido nos debates para as próximas eleições para as autarquias locais»
- Proença de Carvalho confessa que houve **acordo entre a Televisão, o PS e a «AD»** para marginalizar a APU dos debates televisivos
- **Mário Soares colabora** na operação montada por Proença para marginalizar a APU e favorecer a «AD» e o PS
- A **APU apresenta protestos** na Assembleia da República, no Conselho de Informação para a RTP e na CNE
- Convocada para hoje **manifestação no Porto** se se concretizar o programa «1.ª Página» apenas com os candidatos do PS e da «AD» à Câmara do Porto

Pág. 3

## JORNADA NACIONAL DA APU

Nos próximos **Sábado e Domingo** vamos levar o esclarecimento rua-a-rua, casa-a-casa, porta-a-porta!

Que ninguém deixe de ser contactado: vizinhos, amigos, colegas de trabalho!

Militantes do PCP, activistas da APU, eleitores da APU, democratas - vamos trabalhar para unir e mobilizar todos os que queiram, com a APU, resolver os problemas da população, defender a democracia e o interesse nacional! Em milhares de acções de porta-a-porta, em centenas de caravanas, desfiles e concentrações, nos bairros, nas ruas, nas empresas, nas praças, nas aldeias, nas vilas, nas cidades vamos fazer da Jornada Nacional da APU o **arranque para uma grande campanha eleitoral de massas**

Págs. centrais

# SEMANA

10  
Quarta-feira



Trabalhadores em luta

A APU considera "arbitrários, ilegais, ilegítimos, discriminatórios e inaceitáveis" os critérios que levaram a RTP a apenas convidar o PS e a AD para debates sobre as eleições autárquicas. Milhares de operários das empresas do distrito de Setúbal concentraram-se no Rossio, em Lisboa, exigindo a demissão do Governo, a dissolução da AR e a realização de eleições antecipadas. Passam a ser ilegais as chamadas "taxas moderadoras" criadas pelo Governo AD. O PR recebe o ministro da Educação e Cultura de Cabo Verde, José Araújo. Morre o líder soviético Leonid Brejnev. A Nicarágua denuncia o relato de quarenta e dois camponeses por elementos anti-sandinistas que os levaram para território das Honduras. O vice-presidente dos EUA, George Bush, parte para Cabo Verde, primeira etapa de uma visita à África. A Argélia considera como "um acto de provocação" as manobras militares que Marrocos e os EUA iniciam no Mediterrâneo. Falham na Polónia os apelos à greve lançados pela direcção ilegal da Solidariedade, recentemente extinto.

11  
Quinta-feira

Por ordens da Administração da RTP, a segurança daquela empresa pública impediu ilegalmente a entrada nas instalações do Lumiar a deputados, membros do Conselho de Informação e do Conselho Nacional de Eleições pela APU, que pretendiam averiguar das razões da discriminação do Povo Unido no debate sobre as autárquicas no programa "1.ª Página". Recorde-se que os deputados têm livre trânsito em qualquer empresa pública. Os representantes sindicais dos metalúrgicos aprovam mais dia e meio de greve pelo desbloqueamento da contratação. A República Popular de Angola comemora o sétimo aniversário da sua independência. O Governo polaco anuncia a próxima libertação de Lech Walesa. Um membro do CC do Fatah anuncia que o presidente da OLP, Yasser Arafat, se avistará em breve com o presidente libanês, Amine Gemayel. O Governo italiano de Giovanni Spadolini demite-se, devido a divisões internas; o presidente da República, Sandro Pertini, recusa o pedido de renúncia e propõe ao chefe do Governo que apresente no Parlamento os problemas do executivo.

12  
Sexta-feira



A AR em foco

Os deputados da AD e da ASDI impedem na AR a aprovação do projecto-de-lei do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez; das bancadas da AD apenas Natália Correia vota com a oposição. O projecto de Defesa da Maternidade é no entanto aprovado, embora com votos contra do CDS e a abstenção do PSD; o Planeamento Familiar e a Educação Sexual, o outro projecto apresentado pelo PCP é recusado, embora a AR tenha aprovado um no mesmo sentido, apresentado à última da hora pelo PSD. Confirma-se a existência de conluio entre o PS e a AD para afastar a APU dos debates televisivos sobre problemas autárquicos. Chegam a Lisboa os seis sobreviventes da embarcação naufragada no passado dia 5 entre as Canárias e as Maurícias. Yuri Andropov é eleito secretário-geral do PCUS; o novo líder soviético afirma a sua disposição de seguir a política desenvolvida por Leonid Brejnev. Os chefes dos governos austríaco e suéco afirmam-se em Viena defensores da neutralidade dos respectivos países. O PSOE está disposto a congelar a adesão da Espanha à NATO, anuncia a agência EFE. Lech Walesa é libertado.

13  
Sábado

Inicia-se o I Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, com a presença de 600 delegados em representação de 55 sindicatos. Basílio Horta, ministro do CDS, confessa em Santarém que em 1980 o falecido Sá Carneiro distribuiu terras que nem sequer pertenciam ao Estado; o Governo AD, disse, não pretende alterar as ilegalidades então cometidas. João Jardim afirma no Funchal que "Pinto Balsemão cometeu um erro político ao não aceitar a demissão de José Afonso" responsável, na opinião do presidente do Governo Regional da Madeira, pelo "imbróglio da Anop". O chefe do governo italiano, Giovanni Spadolini, confirma no Parlamento a intenção de se demitir. A Assembleia Nacional francesa aprova o orçamento da defesa para 1983, que se eleva a 159 000 milhões de francos. A Comissão de Descolonização da ONU vota a apelar a Marrocos e à Frente Polisário para que encetem negociações com vista a um cessar-fogo no Saara Ocidental.

14  
Domingo



Congresso da USL

Armando Teixeira da Silva, da CGTP-IN, afirma no encerramento do Congresso da União de Sindicatos de Lisboa, que "como resultado da luta dos trabalhadores, temos assistido por um lado ao isolamento do Governo AD e por outro ao reforço do movimento sindical unitário". Os "Pioneiros de Portugal" participam, nos terrenos anexos à Torre de Belém, nos Jogos e Corridas da Paz; as crianças lançaram mensagens de paz ao rio Tejo. A convite do PCP chega a Lisboa uma delegação de estudo do Partido Operário Unificado Polaco. Os "Verdes" da RFA exigem a "negativa absoluta à instalação de novos mísseis nucleares na Alemanha Federal e a redução do programa de energia atómica" como condição do seu apoio aos social-democratas. Ronald Reagan anuncia o levantamento do embargo sobre os fornecimentos de materiais para o gasoduto euroasiático, o que representa uma clara derrota da sua política antisoviética.

15  
Segunda-feira

O Conselho Nacional do MDM considera que após os debates na AR sobre a questão do aborto, "não será como antes", uma vez que a "discussão veio desmistificar conceitos retrógrados e obsoletos, ultrapassando decididamente tabus e preconceitos humilhantes" e contribuiu apesar de tudo para a "dignificação da mulher na sociedade". É publicada no "Diário da República" a Lei do Tribunal Constitucional. Mota Amaral pede esclarecimentos ao ministro da República sobre o acordo da Base das Lajes. Realizam-se eleições gerais no Brasil. Começa em Trípoli, a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Organização de Unidade Africana. Realizam-se as cerimónias fúnebres de Leonid Brejnev, que foi enterrado na Praça Vermelha, em Moscovo.

16  
Terça-feira

A Comissão Nacional de Eleições decide por unanimidade «expressar a sua preocupação, junto da sede própria, pelo critério que a RTP tem assumido nos debates sobre as próximas eleições para as autarquias locais», em que apenas participam representantes do PS e da «AD». É denunciada a agressão ao arquitecto António Carvalho, vereador da APU em Loures, efectuada na noite de segunda-feira; o vereador tem sido alvo de diversas ameaças. O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS recebe o seu homólogo chinês, Huang Hua, que se encontra em Moscovo em representação da China aos funerais de Leonid Brejnev. Sob os auspícios da Cruz Vermelha Internacional, Angola e África do Sul trocam prisioneiros.

## Editorial

# OPERAÇÃO ELEITORALISTA À CUSTA DO POVO E DO PAÍS

As eleições autárquicas de 12 de Dezembro, dominam já abertamente a cena política portuguesa — simultaneamente, profundas preocupações dominam já também o panorama económico-social do País.

Na primeira, a diversidade de motivações e de intenções decorrentes das características mesmas do acto eleitoral que vai realizar-se, pode turbar a visão política dos portugueses quanto à importância de uma outra questão central e actual que o sentido do voto em 12 de Dezembro pode vir a colocar com força e a curto prazo no plano institucional — a do próprio poder político, designadamente a demissão imediata do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas.

No segundo, isto é, no panorama económico-social, a política do Governo «AD»/Balsemão/Freitas empurra vertiginosamente a situação nacional para o desastre, para um beco sem saída.

É uma política de essência antinacional profundamente nefasta ao povo e ao País que tem como motor a defesa dos interesses parasitários de um grupo restrito de grandes capitalistas e latifundiários e do capital estrangeiro e o consequente espezinhar dos interesses do povo que produz e trabalha, da imensa maioria de portugueses que exercem uma actividade necessária e útil ao progresso do País.

Travar esta corrida para o abismo é também uma necessidade imediata e vital para o Povo português e é só possível travá-la intensificando o movimento de massas, dinamizando o movimento operário e popular, transformando numa poderosa torrente política a luta diversificada por reivindicações económicas e sociais imediatas.

Entre o terreno da luta política dominado pela batalha das eleições autárquicas de 12 de Dezembro e o terreno da luta por reivindicações económicas e sociais imediatas não há compartimentos estanques.

Um e outro, com os seus objectivos específicos, apontam como se vê a uma mesma exigência política a curto prazo: arrear a «AD» da área do Poder, criar as condições básicas elementares para uma alternativa democrática de governo e de política.

A forma como o Governo Balsemão/Freitas do Amaral se está comportando em relação às eleições autárquicas de 12 de Dezembro comprova inteiramente as prevenções e previsões do PCP.

O eleitoralismo mais descarado domina a política do Governo e os actos dos governantes.

O escândalo da desavergonhada manipulação eleitoralista dos órgãos de comunicação social estatizados de maior audição, de massas como a TV e a rádio só tem paralelo com o criminoso desvio dos dinheiros públicos e a manipulação do Orçamento Geral do Estado ao serviço dos objectivos eleitorais do Governo e da coligação governante.

O episódio Alfaia — uma fétida coisa a que os próprios ministros destacados para o debate parlamentar tiveram medo de associar-se, tal a pestilência que exalava — caracteriza a degradação moral e a perversão política a que chegou a equipa governante.

Alfaia é um peão de brega destituído de escrúpulos ao serviço de uma política antidemocrática, incumbido de uma tarefa imprópria de um regime democrático.

De parceria com Prouença, cobertos ambos pela protecção do Governo tentam passar aos portugueses um atestado de menoridade intelectual esquecendo que o nosso povo tem uma rica experiência política, colhida na universidade da vida e da luta durante quase meio século de fascismo e amadurecida nestes movimentados anos da Revolução de Abril.

A APU, coligação eleitoral que dirige 50 Municípios e mais de 300 Juntas de Freguesia, é abertamente marginali-

zada nos órgãos de comunicação social estatizados, em particular na TV.

O que se está a passar com o inqualificável atentado ao pluralismo democrático exarado na Constituição e na própria lei eleitoral com os debates televisivos «AD»-PS sobre as eleições autárquicas é uma indignidade e uma ilegalidade a que é imperioso pôr decididamente cobro.

O despacho da Comissão Nacional de Eleições às queixas da APU e de outros partidos marginalizados é inteiramente justo e impõe-se ser cumprido.

O PS presta-se a si próprio um mau serviço, além de mais, atentatório da democracia, cobrindo com a sua participação e diz-se mesmo que com o seu conluio esta escandalosa manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados, designadamente da Televisão, para servir os objectivos eleitoralistas da «AD».

As intervenções positivas de deputados do PS na Assembleia da República contra esta odiosa operação eleitoralista carecem de coerência no plano prático.

O que se está passando com a manipulação da TV e da Rádio ao serviço dos objectivos eleitorais da «AD» mostra que se está perante uma reedição do conluio «AD»-PS verificado na revisão inconstitucional da Constituição.

O PS está fazendo — consciente ou inconscientemente — o jogo da Aliança reaccionária para a subversão do regime em sectores decisivos da política nacional.

O que Freitas do Amaral disse agora sobre a revisão da Constituição é conclusivo. Diz ele que «foram as Ideias do CDS que prevaleceram na revisão da Constituição».

«Todos os preceitos de teor marxista (a extinção legal do MFA e do Conselho da Revolução, a subordinação das Forças Armadas ao poder civil — leia-se ao Governo «AD» — uma nova lei da Reforma Agrária, a liberalização dos investimentos estrangeiros em Portugal de modo a demantelar completamente o sistema herdado do gonzalvismo — leia-se as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores — tudo isso foi tirado».

Freitas do Amaral deliberadamente exagera o que «foi tirado» da Constituição mas o eufemístico «consenso», como chama Mário Soares ao conluio do PS com a «AD», pode sintetizar-se nesta tirada triunfal do actual ministro da Defesa:

«Agora é hora decisiva para o CDS — o vento está de feição, vamos aproveitá-lo».

E como a «AD» continua a aproveitá-lo nos domínios da manipulação dos órgãos de comunicação social do Estado com a ajuda do PS, de facto, «as Ideias» da extrema-direita vão prevalecendo.

A manipulação dos dinheiros públicos e a distorção do Orçamento Geral do Estado ao serviço dos objectivos eleitoralistas da «AD» são, contudo, de efeitos mais nefastos que quaisquer outros para a vida dos portugueses.

O que Cavaco e Silva fez com os dinheiros do povo para as eleições de 1980 está de novo em curso em condições económicas e financeiras consideravelmente mais críticas e gravosas para a situação nacional do que então.

Os ministros e secretários de Estado com Balsemão à cabeça correm o País em «inaugurações» e operações de «corta-a-fita» extremamente ridículas se não representassem, de facto, gastos excepcionais para o erário público.

As promessas mais hipócritas e as medidas demagógicas mais onerosas anunciadas pelos governantes representam uma distorção efectiva do OGE ao serviço dos objectivos eleitoralistas da «AD».

É claramente com o fim de desviar os dinheiros públicos para tais objectivos que o Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral pretende escamotear à discussão parlamentar nos prazos legais do Orçamento Geral do Estado.

## Internacional

# Delegação da Estónia lembra em Portugal Revolução de Outubro

A comemoração da Grande Revolução Socialista de Outubro constitui há mais de seis décadas motivo de confraternização em todo o mundo de quantos aspiram pelo fim da exploração do homem pelo homem, por uma sociedade justa, pela paz e pelo socialismo.

Cumprido o programa, o saldo apresenta-se positivo. Dele se destacam os encontros do ministro da Indústria Ligeira da Estónia e deputado ao respectivo Soviete Supremo, Iuri Kraft, e de Oskar Kuul, também deputado, com a Comissão de Indústria da Assembleia da República, o secretário de Estado da Indústria, a direcção da Associação Industrial Portuguesa e a direcção do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais.

Destes encontros ressaltou o interesse manifestado pelo secretário de Estado português em aprofundar os conhecimentos pelos avanços da ciência e tecnologia estoniana no plano aproveitamento de recursos, nomeadamente de xistos, muito abundantes em Portugal, aproveitados na Estónia na construção de estradas. Refirase a propósito que as trocas comerciais entre Portugal e a URSS atingiram o ano passado o seu ponto mais alto e, malgrado as baixas registadas no corrente ano, as perspectivas de uma melhoria são uma realidade.

Em todos os encontros seria de resto sempre salientada a vantagem mútua do reforço dos laços de amizade e cooperação, não só no interesse dos respectivos povos como também no da luta comum pela

Paz e Cooperação Internacional.

A par dos espectáculos de grande qualidade apresentados pelo conjunto artístico da Estónia, a delegação oficial deslocou-se também a vários pontos do País (Peniche, Évora, Barreiro) onde foi recebida pelos principais responsáveis autár-

quicos e tomou conhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido pelas administrações APU e se abriram caminhos para possíveis cooperações em domínios de interesse comum, como o caso das pescas e da defesa do património cultural.

A delegação da Estónia des-

locou-se ainda a Coimbra onde visitou a Reitoria da Universidade e foi recebida pelo Vice-Reitor em Exercício.

O êxito alcançado quer pelos encontros da delegação oficial quer pela delegação artística da Estónia (esta última através de espectáculos efectuados em

Almada, Figueira da Foz, Aveiro, Porto, Viana do Castelo, Braga, Viseu, Castelo Branco, Tomar, Alenquer, Lisboa e Barreiro) permitem concluir como são vantajosas semelhantes iniciativas, que este ano decorrem sob o lema da Paz, Cooperação e Amizade entre os Povos.

# Delegação do PC da Checoslováquia

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 5 a 12 de Novembro, uma delegação de estudo do Partido Comunista da Checoslováquia no domínio do "Poder Local" composta por Daniel Futej, Chefe de Secção da Organização de Massas do Partido Comunista da Eslováquia, Loubomir Houska, Vice-Chefe da Secção da Organização de Massas do Partido Comunista da Checoslováquia, Norbert Jidek da Secção Internacional do Partido Comunista da Checoslováquia.

Durante a estadia a delegação do PCCh encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luis Sá, da Comissão das Autarquias junto do CC e Manuela Bernardino da Secção Interna-

cional. A delegação do PCCh teve encontros de trabalho com delegações das Direcções da Organização Regional de Lisboa e Alentejo e outras organizações do Partido.

Visitou as Câmaras Municipais da Amadora, Sobral de Monte Agraço, Évora, Serpa e Avis.

A visita da delegação de estudo do PCCh contribuiu para

um melhor conhecimento da actividade dos dois Partidos neste domínio e assim reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes.



Encontra-se no nosso país, a convite do CC do PCP, uma delegação de estudo do Partido Operário Unificado Polaco, chefiado pelo camarada Stanislaw Gabrielsky, membro do CC do POUP. A delegação, de cuja visita falaremos mais detalhadamente na próxima edição, teve já um primeiro encontro de trabalho com uma delegação do CC do PCP dirigida pelo camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heaska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

**Tiragem média do mês de Outubro: 47 350**

Nacional

# O ESCÂNDALO "1.ª PÁGINA"

## Os bons espíritos encontram-se. Os maus também...

O sr. Proença de Carvalho poderá invocar em abono das suas decisões e opiniões as qualificações que quiser e os critérios que entender. Poderá dizer que procedem eles do seu trabalho de advogado dos capitalistas fascistas. Que surjem da experiência das suas negociações com casinos, roletas e batotas. Que derivam dos seus acordos e concordâncias com bombistas e conspiradores.

Poderá dizer que decide desta ou daquela forma porque para tanto foi pago, remunerado ou subornado. Que define este ou aquele critério porque é fascista ou porque recebeu indicações do prof. Freitas do Amaral ou do sr. Frank Carlucci.

Há porém uma coisa que o sr. Proença de Carvalho não pode rigorosamente fazer: é dizer que adopta «um critério nosso, essencialmente jornalístico». E isto por uma evidente cópia de razões.

### «Critérios jornalísticos»...

A primeira é que o sr. Proença de Carvalho não é, nunca foi e espera-se que jamais venha a ser — jornalista.

A classe jornalística em Portugal não é propriamente um rosado ramo de querubins ou sequer — e infelizmente — um uniforme grupo de profissionais de intocável verticalidade. Basta passar os olhos pela imprensa da direita para se verificar que possuem carteira profissional uns quantos personagens de tortuosos critérios deontológicos. Mas manda a verdade que se diga que, com todas as suas chagas e contradições, não há manifestamente lugar entre os jornalistas portugueses para essa sombria personagem que após ter sido atento serventário jurídico do dinheiro é agora atento serventário da censura e da mentira — ao serviço do mesmo dinheiro.

O sr. Proença de Carvalho é rigorosamente o contrário do que se exige que seja um jornalista: serve o patronato pelo preço que este lhe paga, mente com desפורada tranquilidade, exerce censura com inquisitorial violência, persegue trabalhadores — entre os quais jornalistas — como qualquer capataz corrompido, faz de um meio de informação pago pelo povo português um instrumento de agressão, obscurantismo e imbecilização ao serviço das mais torpes políticas e dos mais torpes interesses.

Em segundo lugar, para além de não ser jornalista, não parece caber nas atribuições do sr. Proença de Carvalho dentro da RTP o definir os «critérios jornalísticos» da televisão estatal. Quando o sr. Proença de Carvalho autoriza e promove que nas telenovelas pagas pela RTP se faça publicidade ilegal a troco de alguns milhares de contos, isso corresponde à forma como — reaccionário que é — entende a sua função de administrar uma empresa pública. Quando o sr. Proença de Carvalho autoriza os hotéis de luxo e os jantares pantagruélicos para as deslocções dos seus protegidos, isso corresponde à forma como — reaccionário que é — entende a sua função de administrar uma empresa pública. Quando o sr. Proença de Carvalho põe na prateleira profissionais competentes para contratar amigos e protegidos, isso corresponde à forma como — reaccionário que é — entende a sua função de administrar uma empresa pública. Quando compra a peso de ouro o rebotalho dos enlatados americanos e deixa no desemprego os artistas portugueses — isso corresponde ainda à forma como — reaccionário que é — entende a sua função de administrar uma empresa pública.

Agora o que é transparente é que a definição dos critérios jornalísticos da RTP deverá caber — aos jornalistas da RTP.

### ... e critérios jornalísticos

Sucede contudo que os jornalistas da RTP reajem como tal e supõe-se que — se os srs Proença de Carvalho e seus áulicos mais notórios o deixassem — teriam consciência de que a definição de critérios jornalísticos de um órgão que a RTP passa fatalmente pela consideração do órgão que é a RTP.

Sucede na verdade que, contra o que o sr. Proença de Carvalho desejaria, a RTP não é pertença do sr. António Champallimaud, do sr. Salvador Caetano ou do prof. Freitas do Amaral: é (e sempre foi) rigorosamente paga com os dinheiros do povo português. E acontece que um profissional de informação considera negativo aquilo que o sr. Proença de Carvalho considera natural: colocar o seu trabalho ao serviço de interesses como os de um Champallimaud. Mas considera correcta e estimulante que tenha de responder e corresponder ao público que, antes de ser seu patrão, é já a razão de ser do seu trabalho.

Nestas condições, para qualquer profissional de informação seria atestado de obtusa incompetência preparar o trabalho da RTP para as próximas eleições autárquicas — e ir pedir a opinião dos srs. António Capucho e Eduardo Pereira. Seria sintoma de menoridade profissional ou de linear corrupção construir artimanhas que vedariam a Televisão a uma força política que representa eleitoralmente dois em cada dez portugueses, que tem papel determinante em sectores vitais do País — e defendê-las com aquilo que mais presa, o seu critério profissional.

De um jornalista que o fizesse se diria que era incompetente ou corrupto. Não sendo jornalista, o sr. Proença de Carvalho fica impedido de ser competente ou incompetente numa profissão que não tem.

### Portugal segundo a «AD»

Sendo portanto impossível defender por «critérios jornalísticos» a ultrajante velhacaria de afastar a APU dos ecrãs da RTP nas vésperas das autárquicas, resta saber se há outros «critérios». Políticos, nomeadamente.

É óbvio que, mesmo que os haja, o sr. Proença de Carvalho não parece muito confiante na possibilidade de os apresentar: coelhamente esconde-se por trás dos tais «critérios jornalísticos», de costas largas e lógica inexistente.

E ninguém ignora que critérios políticos são mesmo e exclusivamente os únicos que determinam este insulto. Retenham-se desde já dois aspectos: um primeiro é o de que se define a si própria uma política que inspira e requer tais soluções. Em segundo lugar, que até os seus responsáveis estão conscientes do carácter vergonhoso dos meios e dos fins que prosseguem e por isso os ocultam.

E porque quer afinal o sr. Proença de Carvalho — com o acordo dos srs. António Capucho e Eduardo Pereira — que a «AD» e o PS se sucedam em trocas de galhardetes de debates televisivos sobre as autárquicas e a APU nem sequer lhe põha os pés?

Nenhum português ignora que, se pudessem, a

«AD» e o sr. Proença iriam — se é que é possível — ainda mais longe na monopolização da RTP. Que a imagem que a «AD» gostaria de ver projectada na RTP seria a que Ramiro Valadão dava do Portugal fascista: um país que começava em Salazar e acabava em Américo Tomás, com breves passagens por uns tantos ministérios e uns tantos futebóis. Eles sonham — e há que convir que já andaram bastante para desse sonho fazerem realidade — numa TV que retrate um Portugal que comece em Balsemão e acabe em Freitas (ou vice-versa, que a situação é tensa), com passagens pela telenovela e por umas tartufices do eng. Abecasis.

As portas de um acto eleitoral no qual o Portugal de Abril tornou possível que o povo português diga o que pensa desta política e destes políticos, a «AD» tudo fará para que a realidade do protesto e da indignação não surja, tudo fará para se mascarar e se ocultar.

### Uma «oposição» segundo a «AD»...

Um português minimamente conhecedor dos métodos e objectivos da «AD» (e já os não há, todos estamos cientes do preço da carne, das rendas de casa, dos assassinatos na Praça da Liberdade do Porto), dizíamos, um português minimamente conhecedor pensaria que Proença de Carvalho definiria talvez um «critério jornalístico» em que Balsemão desse a vez a Ângelo Correia, que introduziria Freitas do Amaral, a que se sucederia Lucas Pires, Marcelo Rebelo de Sousa e até mesmo o deputado João Morgado para uma intervenção sobre as suas concepções sobre o amor e a maternidade.

Mas a que se deve esta desvelada atenção, esta solicitada presença da «oposição» generosamente protagonizada pelo Partido Socialista sob a tutela do dr. Mário Soares?

Rapidamente se dirá que, apesar de tudo, Portugal tem uma Constituição e um regime saído do 25 de Abril. Que para tudo, mesmo para o restauracionismo fascista, há limites.

Isso poderia explicar uma mascarada, uma cedência — mas poderia explicar esta cooperação? Porque é o sr. Proença de Carvalho que diz que RTP, «AD» e PS estão de acordo com o critério estabelecido, participaram mesmo na sua concepção.

Que se passa então quando se torna tão fácil estabelecer estes ultrajantes acordos entre o sr. Proença de «AD» e o sr. Pereira do PS?

Se há acordo quanto aos meios, é claramente justo concluir que há acordo quanto aos fins. E quais são os fins que requerem estes meios?

### ... à imagem do dr. Soares

O PS do dr. Mário Soares, a «AD» do sr. António Capucho e a RTP do sr. Proença de Carvalho estão assim de acordo em apresentar a «AD» como uma força política que ainda existe, que governa, que tem uma qualquer razão para poder continuar a des governar o País; estão de acordo em marginalizar a APU e ignorar a dimensão do protesto popular expressado no crescente apoio às soluções por ela apresentadas e concretizadas; estão finalmente de acordo em apresentar o PS como a «única alternativa» à AD.

Mas porque carga de água manifestam a «AD» e o seu trintanário televisivo tanto interesse em promover uma alternativa a ela própria!

Até um ingénuo responderá: é porque, realmente, o não é!

E não é pela muito pura e simples razão de que a direita tem consciência de que o que ceda ao dr. Mário Soares não cede a um adversário, mas a um aliado; o que a «AD» perder para o PS pode ser perdido para os partidos da direita, mas não é perdido para a política da direita. Percam-se os anéis, fiquem os dedos — percam-se as Câmaras, fique a política.

Mas atenção. Esta alternativa só será crível se o PS rapidamente limpar a sua imagem política das sebetas manchas deixadas pelos entendimentos da revisão constitucional, da Lei da Defesa, das combalhotas de Mário Soares quando Soares Carneiro perfilava campos de concentração nos horizontes portugueses. Mesmo mais, há que esfregar os estigmas da lei Barreto, da UGT, das entregas de empresas aos patrões sabotadores, dos empréstimos do FMI, dos almoços com Carlucci e amizades com o ELP.

E aí então temos a RTP a declarar circunspecta que o PS é — oposição. E o PS a dizer que agora já é oposição. Aí temos o debate entre o Governo e... a «oposição». A única para a RTP, a única que a RTP e a «AD» pretendem que o País pense que há.

E como as manchas são muitas, há ainda que brunir os braços antifascistas do PS em geral e do dr. Mário Soares em particular. Mesmo que isso lhes custe a engolir, o dr. Proença e a «AD» sabem que o povo português é antifascista, que a luta antifascista cala fundo no seu coração e na sua esperança de futuro. E aí temos o antifascista bonacheirão a tomar café, aí temos uma oposição conciliadora e cooperante, para quem o fascismo já lá vai e agora acha que Freitas do Amaral é um impultudo demócrata!

E o dr. Soares concorda. E o dr. Soares vai. E o sr. Eduardo Pereira diz que sim. E o PS acha que se a APU é marginalizada — é lá com ela. Ele é convidado — e aceita!

### Que vergonha, meus senhores!

É uma vergonha nacional que o sr. Proença de Carvalho continue de serviço na RTP. É uma vergonha para um país que ergueu uma democracia ver um governante manipular e abusar daquilo que ao País pertence. É uma vergonha para um povo que lutou pela liberdade e a conquistou ver quem dela se reclama colaborar nas manobras de quantos querem o nosso futuro conjugado no passado.

Mas que se saiba! Há em Portugal forças suficientes para impedir que a vergonha de alguns seja a vergonha de um povo.

Há em Portugal quem lute para que não tenhamos um presente que envergonhe e um futuro que o não seja. Há em Portugal inteligência, dignidade, coragem e vontade.

Inteligência que torna pacóvias as habilidades e desculpas, dignidade que reconhece quem luta e quem trai, coragem que se afirma todos os dias e todos os dias, vontade para defender Abril. E veremos.

# Os factos do acordo Soares-Proença-Capucho

No dia 5 deste mês, o gabinete de imprensa da APU divulga uma nota onde se anuncia que «no decurso do debate ontem realizado na RTP/1 sobre as eleições autárquicas constatou-se que os representantes do PS e da AD aludiram a um próximo debate na RTP/1 sobre a eleição da Câmara de Lisboa. Com efeito, a dra. Helena Torres Marques referiu que o eng.º Eduardo Pereira iria a um próximo debate televisivo como candidato do PS à Presidência da Câmara de Lisboa; por outro lado, o dr. António Capucho também aludiu a que o eng.º Krus Abecasis, candidato da «AD», estaria proximamente num debate na RTP com a mesma finalidade. Esclarece-se que a Aliança Povo Unido, até ao momento destas referências feitas pelos representantes do PS e da «AD», desconhecia completamente o projecto de um tal debate, não tendo sido contactada para efeito de participação do candidato da APU à Presidência da CML, tenente-coronel Alfredo Moura». E acrescenta a nota da APU:

«Dado que a responsável pelo Programa «1.ª Página» declarou posteriormente não estar em condições de clarificar o assunto, a Aliança Povo Unido torna público, para todos os efeitos úteis, que considera absolutamente inaceitável e clamorosamente discriminatória qualquer pretensão de realizar um debate sobre a eleição da Câmara de Lisboa que excluisse o candidato da APU que, além do mais, foi, nas eleições autárquicas de 1979, a 2.ª força política mais votada no concelho».

Face a notícias sobre um debate acerca de Coimbra apenas com os candidatos PS e «AD», a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU envia um telegrama à Comissão Permanente do PS declarando que não foi informada pela RTP «nem dos debates que em concreto tentavam promover nem de qualquer esquema ou critérios de participação nesses debates, pelo que é completamente falsa qualquer ideia de que houve um acordo entre partidos sobre a matéria». A APU considera «extremamente grave» as condições em que os debates se irão processar e anuncia que «irá reclamar por todos os meios» contra os processos, e denunciar «junto da opinião pública os seus autores e bem assim aqueles que, com a sua eventual participação, se dispõem a tornar-se cúmplices de processos prepotentes, ilegais e antidemocráticos». O PS nem sequer respondeu.

Na noite de quarta-feira, o cabeça de lista da APU para a Câmara de Coimbra, eng.º Júlio Couceiro, outros candidatos e dirigentes APU, bem como deputados da AR comparecem na RTP à hora do anunciado debate exigindo ser recebidos pelos responsáveis. O acesso aos estúdios encontra-se vedado por forças policiais e pela segurança interna da RTP que impede a passagem dos presentes. Exigida a presença de responsáveis da TV, estes «não estão», «estão em reunião», etc. Entretanto, os participantes PS e «AD» no debate haviam comparecido com horas de antecedência nos estúdios e participam na manobra.

No dia 11, o Partido Comunista Português dirige um protesto à Comissão Nacional de Eleições em que, após expor os factos e as disposições legais flagrantemente violadas pela RTP, requer:

- a) Que a CNE declare a citada acção da RTP e outras congéneres como incurras no artigo 129.º do Decreto-Lei n.º 701-B/78.
- b) Que comunique o seu parecer à RTP, insistindo para que se deve abster das acções, como as referidas, que possam induzir os eleitores a votar em certas forças ou a não votar nelas.
- c) Que as acções citadas sejam tomadas em tempo que possa

prevenir a acção da RTP, com os irremediáveis prejuízos que representaria para a seriedade das eleições e a igualdade de oportunidades das diferentes candidaturas».

No mesmo dia, os deputados Jorge de Lemos e João Abrantes apresentam um requerimento na Assembleia da República onde se anuncia que a situação «é agravada pela justificação dada pela responsável do Programa. Assim, a senhora Margarida Marante, perante a denúncia efectuada de imediato pela APU, justificou-se alegando só participarem no debate os cabeças de lista da AD e do PS «por serem as duas principais forças políticas do Distrito». Acresce, que chegou ao nosso conhecimento pretender a RTP efectuar debates semelhantes com a participação de candidatos à Câmara de Lisboa e Porto».

Os deputados comunistas requerem a resposta a oito perguntas em que apontam problemas como a escolha de três Câmaras de presidência «AD», o silêncio da RTP face à APU, etc.

Nessa mesma quinta-feira, o «Diário de Lisboa» informa que segundo informações obtidas pela sua Redacção, os critérios para os debates televisivos sobre as autárquicas foram estabelecidos em contactos em que participaram o secretário-geral do PSD, António Capucho, o secretário-geral do PS, Mário Soares, e Proença de Carvalho. Em conversa telefónica com Margarida Marante, o «DL» verificou que inclusivamente o critério de forças mais votadas para participarem fora alterado no respeitante à Lisboa e que o debate se irá desenrolar entre o candidato PS, Eduardo Pereira, e o eng.º Nuno Abecasis, da «AD». A apresentadora do «Página 1» afirma que não só é completamente alheia a essa decisão — com a qual não concordaria — como o fora igualmente quanto a todos os contactos e decisões que haviam sido inteiramente da responsabilidade da Administração da RTP. Eduardo Pereira do PS, igualmente contactado, afirma que efectivamente já fora convidado, e por Margarida Marante, e que tal se ficaria a dever ao facto de a APU, que fora efectivamente a força mais votada nas últimas eleições autárquicas, ter obtido menos votos nas eleições legislativas que o PS! Eduardo Pereira concorda que a situação significa uma marginalização da APU mas acrescenta que o problema não é seu...

No dia 12, o gabinete de imprensa da APU divulga um comunicado em que afirma nomeadamente:

«Todos os elementos disponíveis apontam, sem margem para dúvidas, para a conclusão de que há muito teriam sido combinados, entre responsáveis da RTP, da «AD» e do PS, quer o número de debates que a RTP irá promover, quer a sua temática, quer os critérios de participação, tudo em completo desconhecimento e marginalização da Aliança Povo Unido e tudo minuciosamente concebido para servir precisos objectivos eleitorais da «AD» e do PS. «Compra-se assim uma vez mais que para o PS/Mário Soares o pluralismo deve parar à sua porta e que considera métodos aceitáveis de luta política o silenciamento e a discriminação de outras formações políticas. Compra-se igualmente que a «AD», o PSD e o CDS preferem debater os problemas nacionais e locais com a falsa oposição».

O jornal «o diário» do dia 13 publica novas declarações de Margarida Marante em que esta desmente que tenha sido ela a contactar Eduardo Pereira e insiste na inteira responsabilidade da Direcção de Informação da RTP e da Admi-

nistração, reafirmando igualmente o seu desacordo com a situação. Surge entretanto a informação — confirmada por Margarida Marante — que, além do mais, à última hora é que fora adoptada a solução de um debate sobre Coimbra, uma vez que o projecto inicial seria Lisboa, Porto e Setúbal: a manter-se o critério das duas forças mais votadas, isso conduziria porém a que num dos debates apenas estivesse presente (o de Setúbal) a APU e o PS; no de Lisboa a «AD» e a APU e no do Porto o PS e «AD».

Os dados que se conseguem obter indicam que Soares e Capucho teriam concordado em realizar a troca para assegurar a presença da «AD» nos três debates e, mais tarde, na baldraca quanto a Lisboa para afastar completamente a APU.

Na conferência de imprensa dada pelo secretário-geral do PS na sexta-feira, a perguntas que lhe foram formuladas sobre o assunto por jornalistas do «Avante!» e do «Diário de Lisboa», Mário Soares responderia que o problema da marginalização era exclusivamente com a APU e «ela que protestasse»!

«Quanto ao PS, recebera o convite — e participaria! Quanto à existência de acordos entre a APU e o PS, negaria, chamando mesmo mentiroso ao jornalista do «Diário de Lisboa».

O «Expresso» de sábado, dia 13, anuncia que o próprio Proença de Carvalho confirmou ao semanário que os critérios haviam sido estabelecidos por acordo entre ele próprio, António Capucho e Eduardo Pereira. Proença afirmara que o critério seria o de debate sobre Coimbra, Porto e Vila Real («AD»-PS), Évora (PSD-APU), Montijo (APU-PS) e que quanto a Lisboa seria «uma questão duvidosa e muito mais complicada» repetindo os argumentos de Eduardo Pereira (sem o citar) e afirmando que a RTP «se estaria a inclinar para um debate a três!»

Ainda no sábado, a APU divulga no Porto uma nota à imprensa onde igualmente protesta contra o sucedido quanto ao debate de Coimbra e afirma:

«A APU do Porto, ao mesmo tempo que exige a participação do cabeça de lista da APU no programa «1.ª Página» que se anuncia que será dedicado às eleições autárquicas nesta cidade, manifesta desde já o seu propósito — no caso da RTP persistir na sua tentativa de marginalizar a APU — de promover uma manifestação de protesto popular contra a direcção da Televisão e contra todos os responsáveis por essa gravíssima violação da legalidade e do pluralismo democráticos».

Na terça-feira, o deputado Anselmo Aníbal pronuncia uma intervenção na Assembleia da República sobre o escândalo, afirmando nomeadamente:

«É extremamente grave, senhores deputados, que este ou outros debates se possam efectivar em flagrante violação de elementares princípios de efectivo pluralismo e equidade, afectando notoriamente, pela sua repercussão nacional, a seriedade do próximo acto eleitoral».

Após reiterar as oito perguntas formuladas no requerimento apresentado já pelo PCP sobre o assunto, Anselmo Aníbal concluiu: «Um tal escândalo, uma tal violação dos meios elementares do pluralismo democrático não pode deixar de merecer uma especial atenção desta Assembleia da República para que não

mais se volte a repetir. Pelo nosso lado, declaramos que já na próxima quarta-feira levantaremos a questão na Comissão Parlamentar de Comunicação Social a fim de serem activados os mecanismos legais para um completo esclarecimento da situação de escândalo que se criou e apuramento das respectivas responsabilidades. Outro tanto faremos no Conselho de Informação para a RTP, órgão constitucional e legalmente mandatado para garantir uma orientação geral que salvaguarde o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social do sector público.

«A discriminação, a manipulação e a intoxicação têm de deixar de ser lei na RTP».

No mesmo dia, a escandalosa manobra toma novos contornos de que dá conta nova nota do Gabinete de Imprensa da APU:

«Tendo a Aliança Povo Unido sido hoje contactada pela RTP para se fazer representar, através dos respectivos cabeças de lista, em dois debates a transmitir proximamente no Canal 2 sobre a eleição das Câmaras de Évora (entre a APU e o PSD) e do Montijo (entre a APU e o PS), o Gabinete de Imprensa da APU esclarece o seguinte:

«1. Este convite da RTP para dois debates no 2.º Canal, representando uma insistência da RTP num critério inaceitável, ilegal e reproável, em nada altera as exigências fundamentais que a APU continua a formular em relação aos debates televisivos sobre as eleições autárquicas.

«2. Reafirma-se pois que a Aliança Povo Unido protesta por ter sido arbitrariamente excluída do debate sobre Coimbra e reclama legitimamente a sua participação nos anunciados debates sobre o Porto (já na próxima quinta-feira) e sobre Lisboa (no dia 25).

«Reafirma-se igualmente — até porque a RTP se mostra incapaz de o compreender — que se considera absolutamente escandaloso que a RTP, ao escolher para debates de audiência nacional apenas duas forças concorrentes (excluindo designadamente a APU de debates transmitidos na RTP/1), proceda a uma mistificação e falseamento do quadro político e eleitoral português, numa tentativa ilegítima de, em pleno período pré-eleitoral, condicionar a opinião e o voto dos cidadãos».

Na sua reunião de terça-feira, a Comissão Nacional de Eleições apreciou o protesto apresentado pela APU sobre o caso e expressou, num documento aprovado por unanimidade (incluindo os representantes do PSD, CDS, PCP e PPM e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça) «a sua preocupação, junto da sede própria, pelo critério que a RTP tem assumido nos debates sobre as próximas eleições para as autárquicas locais».

Numa clara condenação do abuso da RTP, a CNE delibera ainda «reafirmar ser desejável que os órgãos de comunicação social estabulizados assegurem a igualdade de tratamento de candidaturas nesta fase anterior à campanha eleitoral».

Para hoje continua anunciado o debate no programa «1.ª Página» com a participação apenas dos candidatos à Câmara do Porto pela «AD» e pelo PS.

A APU no Porto confirmou já que se o debate se efectuar como previsto, convocará para essa hora uma manifestação.

Igualmente em Lisboa se preparam acções de protesto contra o prosseguimento da escandaleira.

Nacional

# Algo está a mudar no Baixo Mondego

## • Álvaro Cunhal participou no sábado em oito comícios

São 21 e 30. Estamos no Sobreiro, lugar da freguesia de Sebal Grande, concelho de Condeixa-a-Nova. O centro de convívio, obra do povo da terra, está repleto. Muitos não conseguem obter lugar para o jantar nas quatro longas filas dispostas a todo o comprimento do vasto salão. O ambiente é fraterno; uma alegria contagiante percorre tudo e todos; nos rostos e nas conversas sente-se uma indistincta satisfação e uma ponta de legítimo orgulho que o leitor adiante perceberá. No pano de fundo uma inscrição: «Vamos eleger o 1.º Vereador».

Por breves instantes a música pára dando lugar às palavras: «Saímos com grande confiança de que nesta freguesia os democratas obterão uma grande vitória; os habitantes irão resolver melhor os problemas da sua terra». Tratava-se de uma curta intervenção do Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, com a qual se despedia de um intenso programa que o levou no passado sábado, durante cerca de 11 horas, a percorrer sucessivamente oito localidades de quatro concelhos na região do Baixo Mondego.

### Acolhimento entusiástico

Com aquelas palavras, sintetizou de algum modo o espírito que se viveu ao longo de todo o percurso. No Baixo Mondego respira-se um clima de grande confiança relativamente às próximas eleições autárquicas. Há vontade e determinação para avançar. E um grande esforço, de que esta visita é um exemplo, começou já a ser feito.

Nos locais visitados, o acolhimento era invariavelmente o mesmo: um grande carinho e entusiasmo. Daí os pequenos banhos de multidão. As pessoas queriam aproximar-se e falar. Perguntar coisas, colocar questões e problemas, quantos deles até de carácter pessoal.

E conta-se por alguns milhares o número dos que assistiram aos oito pequenos comícios, realizados em Vila Verde,

Tavarede, Licela, Montemor, St.º Varão, Alfairols, Soure e Sobreiro.

Em todos eles, no uso da palavra, o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado pelos camaradas Jaime Serra da Comissão Política e Vasco Paiva do CC, teve oportunidade de expor os pontos de vista dos comunistas, as suas preocupações e objectivos relativamente às grandes questões nacionais da hora presente, nomeadamente as eleições autárquicas.

A este respeito, Álvaro Cunhal sublinharia que só a APU constituiu de facto a única alternativa segura para uma gestão eficiente, honesta e competente nas autarquias, em defesa dos interesses das populações. Em Soure, na sede da Banda, colectivamente onde se realizou um dos comícios, referindo-se ao PCP o nosso camarada re-



Em Montemor-o-Velho, o convívio e a música

cordou ainda que «não há partido mais aberto para ouvir as reclamações do povo, para ouvir os trabalhadores, os seus problemas e anseios».

### Confiança na vitória

Contrastando com o céu cinzento e chuvoso com que deixámos Lisboa e contrariando a informação dos próprios serviços meteorológicos, o céu, no Baixo Mondego, no último sábado, apresentava-se aberto, predominando os tons de azul. As nuvens existentes não impediram que ao longo da maior parte do dia, o sol nos chegasse quente. Quase diríamos que se dispôs também a dar uma pequena ajuda a esta jornada de esclarecimento.

Uma ajuda preciosa tal como a que prestaram um grupo de estudantes de Coimbra que, através dos seus instrumentos e vozes, interpretando canções da música popular portuguesa,

souberam com uma grande qualidade comunicar a riqueza do nosso folclore e com muita alegria animar a abertura de todas as sessões.

A primeira das quais foi em Vila Verde, terra de forte implantação operária, onde habita uma grande parte dos trabalhadores da Vidreira da Fontela. Estava dado o tom das recepções. Era como se houvesse festa. As bandeiras, os panos, as pessoas, lá estavam a comprová-lo.

Nesta freguesia, as razões de confiança para a vitória da APU são fortes. Os números falam por si: em 1979, para as autarquias, a APU (segunda força mais votada) ficou a 227 votos do PS; de referir, contudo, que nas intercalares a APU foi a força política que obteve mais votos na freguesia.

### Governo "AD": a ruína

Depois de passar por Tavarede, freguesia do concelho de

Figueira da Foz, onde também se trabalha com afinco para ganhar as próximas eleições, a caravana automóvel dirige-se para Licela.

Sobre o reboque de um tractor, a anteceder o camarada Álvaro Cunhal, interveio um candidato à junta de freguesia e um agricultor. Abordando os problemas relativos à lavoura da região, sem papas na língua, este último proferiu uma empolgante intervenção, no decorrer da qual acusou o Governo de ser o responsável pela tentativa de entrega do sector leiteiro à entidade privada, pelo escandaloso atraso verificado no pagamento do leite à produção que já chegou a atingir 73 dias e ainda pelo Plano de Fomento Leiteiro da Beira Litoral que a ser executado representaria pura e simplesmente a liquidação de nove em cada 10 agricultores da região.

Referindo-se ao problema do preço do arroz pago ao produtor que o Governo numa obscura manobra leira em querer pagar a 20570, aquele agricultor informou os presentes do falhanço das negociações entre os agricultores e o Governo, situação esta que levará os produtores a endurecerem as formas de luta para o que contam já com o apoio e a solidariedade dos produtores do Ribatejo e Alentejo.

Seguiu-se o almoço — uma grande sardinhada onde não faltou o pão caseiro e a boa água-pé — momento que aproveitámos para falar com Fernando Venâncio, pintor da construção civil e candidato na lista da APU para a Junta de Freguesia. Propunhamo-nos conhecer as razões da confian-

ça existente. A resposta veio pronta: «Prometeram tudo e mais alguma coisa e nada fizeram». Falava da gestão PS; a argumentação era sólida: «Separam-nos 51 votos do PS e quanto a obras realizadas por eles, nada!».

### Só promessas...

Com efeito os problemas de há três anos subsistem: caminhos por fazer como o tão prometido da Licela até ao Campo do Arroz, passando pelo Casal das Freiras; saneamento básico é coisa que não existe; fontanários, idem; electrificação manifestamente insuficiente; passagem de nível no ramal Figueira/Pampilhosa continua sem protecção e a provocar incidentes; Junta de Freguesia continua sem instalações próprias; Casa do Povo para a qual já existem materiais e terreno continua a aguardar que a Câmara cesse o boicote à sua construção; campo de futebol, velha aspiração dos jovens, (alguns deles já velhos), nada; como nada se fez quanto a actividade de carácter cultural e recreativo.

Resumindo: uma gestão caracterizada pela total inoperância e pela incapacidade. Razões de sobra, pois, como nos foi dado ouvir, para o «estamos apostados em ganhar!».

O tempo a passar, rápido, obriga à despedida. Todos queriam ficar mais tempo. Impossível. Montemor-o-Velho constituía a próxima etapa e havia que cumprir horários.

Largo da Câmara: o mesmo ajuntamento, a mesmo entusiasmo. Aqui, a diferença de votos para a Junta de Fregue-



Em Tavarede

sia entre a APU (segunda força) e o PS é de 46 votos. Deolindo Pessoa, médico, cabeça de lista para a junta conta-nos: «A acção do PS pode-se definir como tendo sido uma política de remendos». Assim mesmo: «O pouco que fizeram foi mal feito, como seja, por exemplo, a rede viária em que construíram estradas sem valetas o que deu como resultado que no período das chuvas os caminhos ainda ficassem piores».

Também aqui a APU foi totalmente marginalizada. PS e «AD» dividiram entre si os lugares da junta. Para trabalhar? Não! Ainda o candidato do Povo Unido: «A Assembleia de Freguesia só reuniu para aprovar planos de actividade, se é que assim lhes podemos chamar, já que as coisas são todas feitas em cima dos joelhos, na base do improviso. E quanto às obras realizadas há fortes indícios de grandes comédros».

Registámos ainda palavras de João Abrantes, deputado do PCP pelo distrito de Coimbra e candidato à presidência da Câmara: «Queremos demonstrar como se dirige uma autarquia; o nosso objectivo é que todas as pessoas participem na resolução dos problemas».

### APU: gente de trabalho

Dali partimos para Formozela, lugar da freguesia de St.º Varão. «Queremos fazer algo por esta terra» — afirma-nos António Gomes, empregado de escritório, um dos muitos assistentes ao comício.

Também ele é candidato pela APU. Com uma certa mágoa fala-nos dos problemas

que continuam por resolver. No fundo, comuns aos das localidades por onde passámos: escolas, águas, caminhos, electricidade, esgotos, creches, desporto, cultura...

Desta vez, a AD (que normalmente tem aqui cerca de 200 votos nas legislativas) ao contrário das últimas eleições, vai concorrer. Em 1979, a freguesia da APU para o PS teve 228 votos, mas este último recolheu os votos da direita. Por isso, mais do que esperanças longínquas, encontramos uma grande determinação em vencer; as propostas concretas da APU, o prestígio dos seus candidatos (homens dinâmicos e competentes) dão força a esta convicção. E há ainda uma questão de fundo que a população começou a entender, como nos confessou um autor apontado da APU: «Eles não fazem só promessas, não gente de trabalho, querem mesmo cumprir».

### Aumentar os eleitos

Associação 1.º de Maio, freguesia de Alfairols, concelho de Soure. Estamos numa zona de ferroviários e grande influência socialista (maioria absoluta). Actualmente a APU dispõe de um eleito. Ao objectivo é reforçar a votação e aumentar o número da eleição.

Nas listas do Povo Unido cerca de 95 por cento dos candidatos são independentes. César Redondo, candidato à Assembleia Municipal fazemos da gestão PS. Palavras suas não são inéditas: «Apática e insípida; não merecem praticamente em nada. A população nunca participou na resolução dos problemas — palavras esclarecedoras como a de um certo tipo de gestão. Pouco depois chegámos a

# Listas APU — número, abertura e apoio de massas sem precedentes

Têm continuado a chegar à nossa redacção informações de todo o País acerca da entrega e composição das listas da Aliança Povo Unido e acerca do vastíssimo trabalho preparatório que antecedeu a escolha dos candidatos. Ao mesmo tempo, estas informações, que dão a ideia do amplo trabalho de massas realizado, permitem hoje apontar alguns aspectos importantes que presidiram à actividade de muitos milhares de activistas da APU. O âmbito nacional da apresentação das listas, o elevado número de candidaturas, a grande abertura política que permitiu a participação de grande percentagem de independentes e de socialistas, são notas dominantes. Também o é a grande participação e apoio das populações nas diversas fases deste trabalho preparatório das eleições para as autarquias que a Aliança Povo Unido tem desenvolvido.

### A participação popular

Foram realizadas 250 reuniões e plenários com a participação de onze mil presenças, assinala um comunicado da Comissão Distrital de Portalegre que analisa o trabalho desenvolvido até à apresentação das candidaturas APU. Apresentaram-se mais 120 candidatos os necessários para todos os órgãos do distrito, o que significa que a APU apresentou 2022 candidatos. Destes, 40 por cento participaram pela primeira vez nas listas APU, 47,8 por cento dos candidatos são independentes, 12,8 são mulheres, e 17,8 têm menos de 25 anos. De salientar que do total de candidatos apresentados, 32 são membros ou ex-membros do PS. A Aliança Povo Unido foi a primeira força política a entregar as suas listas em diversos concelhos do distrito.

### APU vai mais longe

Por seu lado, a Comissão Coordenadora da APU de Castelo Branco assinala os progressos conseguidos pelo Povo Unido no concelho, sendo a força política que concorreu ao maior número de freguesias (21), enquanto se regista uma descida do número de listas apresentadas quer pela AD, quer pelo PS, que parece terem preferido coligar-se encapotadamente — em 12 freguesias aparecem listas de independentes, precisamente em quase todas onde nem o PS nem a AD conseguiram formar listas...

### Prestígio e qualidade

A APU concorre pela primeira vez a todos os 207 órgãos autárquicos do distrito de Santarém e apresenta um total de 4004 candidatos, sendo a única força política concorrente a todos os órgãos autárquicos do

distrito — sublinha-se num comunicado da Direcção da Organização Regional de Santarém do Partido Comunista Português.

Da análise da composição das listas da APU — diz o comunicado da DORSA — ressaltam como aspectos altamente positivos: a enorme abertura política das listas traduzida pela participação de 1726 candidatos independentes (43,1 por cento), dos quais 8 são cabeças de listas para Câmaras Municipais, a participação de 29 socialistas (membros do PS ou candidatos em anteriores listas PS), dos quais um é candidato para a Câmara de Vila Nova da Barquinha, a participação de 545 mulheres e de 454 jovens com menos de 25 anos.

Números que falam

Entretanto a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, analisando comparativamente os números das eleições de 1979 em as deste ano, conclui que houve um significativo aumento do número de candidatos. Mais de dois milhares dentre eles são independentes — mais precisamente 2143 — participando 67 socialistas nas listas da APU no distrito. Aumento também significativo do número de mulheres que participam nas candidaturas do Povo Unido — 1054 em 1979, este ano 1613.

### As listas APU

● **Lisboa**

Como já fora divulgado, o cabeça de lista para a Câmara Municipal é o independente tenente-coronel Alfredo Moura; para a Assembleia Municipal o

cabeça de lista é o membro do MDP/CDE António Gonçalves.

Dos primeiros cento e cinquenta nomes divulgados de um total aproximado de 280 que compõem a lista APU para a Assembleia Municipal de Lisboa, salienta-se a presença de mais de 40 independentes, para além de comunistas e de membros do MDP/CDE. Fazem ainda parte desta lista outros democratas, nomeadamente um militante do Partido Socialista, uma ex-dirigente da Juventude Socialista e um militante da UEDS.

### ● Distrito do Porto

Cumpriu-se com êxito no distrito do Porto o primeiro objectivo para as próximas eleições autárquicas: foram apresentadas listas da APU para todos os órgãos, freguesias e concelhos. Nos 17 concelhos e 382 freguesias, mais de 8000 candidatos integram listas da APU, tendo assim as populações a alternativa para a defesa firme e combativa dos seus interesses, a alternativa para a renovação e o progresso das suas terras.

As listas da APU contam com mais de metade de candidatos que não são membros de nenhuma das forças políticas que a integram, elaboradas na base de um vastíssimo apoio de centenas e centenas de democratas, de personalidades e intelectuais, de activistas de associações recreativas, desportivas e culturais, de numerosos dirigentes do movimento popular, de sindicalistas, de milhares de trabalhadores, jovens e mulheres.

Proseguindo e aumentando uma ampla informação à população, prosseguindo e aumentando o diálogo e cooperação com as forças vivas das freguesias e concelhos, a APU tem sido a única força a realizar já uma pré-campanha de massas, de participação popular — no último mês realizaram-se dezenas de iniciativas envolvendo mais de 50 000 participantes — demonstrando uma séria preocupação e profunda vontade de resolver os problemas.

### ● Matosinhos

O Dr. Albino Madureira encabeça neste concelho a lista APU para a Câmara Municipal. O primeiro candidato para a Assembleia o Dr. António dos Santos Graça, médico.

### ● Coimbra

O balanço final da apresentação de listas em todo o distrito de Coimbra permite afirmar — como o faz a Coordenadora Distrital — que esta «é uma primeira batalha já vencida». Com efeito, a Aliança Povo Unido concorre a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do distrito, assim como à totalidade das 189 freguesias.

Este número, que corresponde a um acréscimo de 50 freguesias em relação a 1979, confere à APU o lugar de única força política que concorre a todos os órgãos autárquicos do distrito, e é tanto mais relevante quanto é certo que pressões de caciques e da reacção não deixaram de ser exercidas sobre operários e outros trabalhadores, nas empresas, e sobre pequenos e médios empresários e agricultores, para os im-

pedir de se candidatarem pela APU.

A Coordenadora de Coimbra sublinha, por outro lado, a grande abertura das listas, integradas por cerca de 40% de independentes, incluindo dezenas de socialistas; a grande percentagem de jovens e a de mulheres, que em número de mais de meio milhar integram listas e em várias delas ocupam lugares destacados.

### ● Faro

A APU concorre com listas próprias a todas as câmaras e assembleias municipais do distrito bem como a 70 das 71 freguesias que a compõem. Em Barão de S. Miguel, Vila do Bispo, a Aliança Povo Unido, à semelhança do que aconteceu em 1979, apoia a candidatura de uma lista de cidadãos eleitores, lista que não ganhou nas eleições e que por isso presidiu à Junta de Freguesia. Dos 2146 candidatos que a lei exigia como número mínimo a apresentar, a APU apresentou 2317, dos quais 1110 são independentes; 19 são membros do PS; 373 são mulheres; os jovens com menos de 25 anos são em número de 217.

### ● Leiria

Também em Leiria a APU apresentou listas para todas as freguesias do concelho, com 540 candidatos, metade dos quais são independentes. O técnico de contas Fernando Caseiro Videitinho é o cabeça de lista para a Câmara. Para a Assembleia foi apresentado o técnico administrativo Edgar Marques de Carvalho.

### ● Caldas da Rainha

No concelho das Caldas da Rainha, a APU foi a única força política a apresentar candidaturas a todos os órgãos autárquicos. Num total de 302 candidatos, 45 por cento são independentes e cerca de 4 por cento elementos afectos ou ex-candidatos do PS, UDP e UEDS. Fernando Ferreira, médico, é o cabeça de lista para a Câmara Municipal. Para a Assembleia o cabeça de lista é o médico do MDP Custódio Freitas.

### ● Açores

A APU terminou nos Açores a entrega das suas listas de candidatos aos órgãos autárquicos da Região Autónoma, tendo sido apresentadas listas em 15 municípios e setenta e uma freguesias. Para além dos comunistas e membros do MDP, entre os candidatos conta-se elevado número de independentes, numa percentagem próxima dos 50 por cento.

São os seguintes os cabeças de lista para os órgãos municipais:

**Vila do Porto** — AM — José Henriques Carneiro, independente, funcionário da ANA. CM — José da Costa Monteiro, funcionário da ANA.

**Ponta Delgada** — AM — Paulo de Sousa Lima, empregado da SATA. CM — Mário Abrantes da Silva, engenheiro silvicultor, membro do Secretariado da DORAA do PCP.

**Ribeira Grande** — AM — Manuel Barbosa, advogado. CM — Luís Noronha Botelho, profes-

sor, membro da DORAA do PCP.

### ● Lagoa

— AM — Manuel da Ponte, carpinteiro. CM — António Luís Baganha, cobrador.

### ● Vila Franca

— AM — Américo Costa, funcionário público. CM — Serafim Soares, professor do ensino secundário.

### ● No defeso

— CM — Jorge Araújo, funcionário público.

### ● Povoação

— CM — José Manuel Mendonça, agricultor.

### ● Praia da Vitória

— AM — Carlos Sousa, pedreiro. CM — Manuel Fernando Campos, empregado, membro da DORAA do PCP.

### ● Angra

— AM — José Carlos Fonseca, chefe de serviços. CM — Fausto Cristóvão, comerciante.

### ● S. Roque do Pico

— AM — José de Melo Pires, chefe da central, independente. CM — José Manuel Ávila Serpa, médico, independente.

### ● Madalena

— AM — João Meireles Garcia, funcionário, independente. CM — José Manuel Ávila Melo, bibliotecário, independente.

### ● Lages do Pico

— AM — Artur Xavier Soares, CM — Manuel Neves, professor do ensino secundário.

### ● Horta

— AM — Luís Carlos Daço Mota, médico. CM — José Daço Mota, professor, membro do CC do PCP.

### ● Lages das Flores

— AM — Maria Francisca Freitas Avelar, funcionária da ANA. CM — José Gonçalves Gomes, ajudante de conservador e notário.

### ● Sta. Cruz das Flores

— AM — Francisco Gomes Corvelo, funcionário da ANA. CM — Paulo Freitas Valadão, médico veterinário.

### ● Madeira

A APU apresenta com cabeças de lista nos concelhos da Região Autónoma da Madeira os seguintes candidatos:

### ● Funchal

— CM — Leonel Carvalho Mendonça, engenheiro. AM — Leonel Gomes Nunes, rececionista.

### ● Santa Cruz

— CM — Rogério Santos Correta, médico. AM — José Manuel Vieira Coelho, pintor de construção civil.

### ● Machico

— CM — Manuel Martinho Mendonça, rececionista. AM — Manuel Costa Martins, estivador.

### ● Câmara de Lobos

— CM — António Jorge Castro Pestana, professor do ensino secundário. AM — Jorge Gonçalves de Brito, empregado de armazém.

### ● Ribeira Brava

— CM — João Abreu Ladeira, médico. AM — José Teles Macedo, empregado de escritório.

### ● P. Sol

— CM — Maria Filomena Abreu Sousa, enfermeira. AM — Jorge Egídio da Silva, canalizador.

### ● Calheta

— CM — Gabriel Maciel Teixeira, engenheiro. AM — Manuel Evangelista Ribeiro, electricista.

### ● Santana

— CM — João Abel Freitas, economista. AM — Manuel Mendonça Gouveia, professor.

### ● S. Vicente

— CM — Abílio António Vieira, engenheiro. AM — João Carlos Encarnação, condutor.

### ● Porto Moniz

— CM — João Manuel Rodrigues Teixeira, empregado de hotelaria. AM — Manuel Arcanjo Gonçalves, fotógrafo.

### ● Porto Santo

— CM — João de Deus Santos, chefe de bombeiros. AM — Maria Filomena Ornelas, doméstica.

# Apresentação de candidatos no Porto já foi festa

A APU apresentou no passado domingo, na Baixa do Porto, os seus candidatos aos órgãos autárquicos da cidade.

Na Praça General Humberto Delgado que, como foi várias vezes sublinhado pelos oradores, «é como que o símbolo da luta heróica do povo do Porto», milhares de portuenses ficaram a conhecer os candidatos da APU — os seus candidatos.

Numa curta sessão presidida pelo Dr. Ruy Luís Gomes, dirigiram-se ao povo o Dr. Raúl de Castro e o Dr. Macedo Varela, cabeças de listas, respectivamente à Assembleia e à Câmara Municipal do Porto.

O Dr. Raúl de Castro, que é actualmente vereador, lembrou que nos pequenos e nos grandes problemas da cidade — a APU tem mantido sempre uma posição constante de defesa dos interesses da população do Porto.

«Podemos dizer — continuou Raúl de Castro — que à intervenção da APU ontem e hoje, neste mandato na Câmara e nos anteriores, se deve a denúncia do escândalo da água, a travagem dos aumentos da electricidade, a luta por

soluções concretas nos problemas da habitação».

Raúl de Castro denunciaria ainda a escandalosa marginalização da APU do programa «1.ª Página» e manifestou o propósito da APU, se o seu representante do Porto não participar no anunciado debate sobre a cidade, de promover uma manifestação de protesto popular contra os responsáveis pela violação da legalidade.

O candidato à presidência da Câmara, Macedo Varela, afirmou que a APU é, no quadro político actual, não só a expressão da unidade democrática possível como é a única força capaz de enfrentar com realismo e capacidade de resolução os grandes problemas que pesam sobre nós.

Macedo Varela anunciou estar já elaborado o programa de acção da APU, que «contempla todos os problemas relevantes da cidade e aponta as direcções de trabalho necessárias para, a curto e a médio prazo, lhes dar a solução adequada». Macedo Varela citou ainda algumas das 30 medidas urgentes que a APU apresentará também à população do

Porto e que visam atender prioritariamente às situações mais carenciadas.

Mas a tarde de domingo na Baixa do Porto não foi só a apresentação de candidatos: foi também um criativo e colorido cortejo de carros, aludindo aos problemas e às soluções preconizadas pela APU.

Cerca de 17 carros, das várias freguesias, desfiliavam, mostrando, um, uma barraca de lata e prenonizando um «bairro da esperança», mostrando outro um lavadouro. No carro de Miragaia girava uma ronda de cavalinhos: «A Câmara roubou o parque que a Junta montou». Muitos carros aludiam também aos seus cabeças de lista. E a juventude lá estava, exigindo condições para a prática do desporto ou a defesa do património cultural da cidade.

Erão também as bandas, os zés-perreiras, que já de manhã haviam percorrido a Baixa do Porto, com os bombos enfeitados de bandeiras APU.

Foi uma tarde de festa, uma tarde de confiança na crescente força da APU na cidade do Porto.

# Num passeio com a Imprensa APU mostra a cidade e a que pode e deve ser

LISBOA, a das sete colinas e um milhão de habitantes, do Tejo sem fragatas mas com o «Tollan» e poluições várias da memória das Índias e outros quinhentos, Lisboa capital deste rectângulo à beira-mar plantado que no rosto tem marcadas as principais etapas do país que somos — de novo se agita em mais uma jornada na difícil arte de ser cidade, capital e coração dum povo: o nosso, o da reconquista do Portugal de Abril.

A jornada é eleitoral e vai acontecer em Dezembro próximo. Onde confluirão promessas, se depositarão desejos e sairá uma nova gestão para uma Câmara Municipal que administra oito milhões de contos/ano, utiliza 10 000 trabalhadores e tem pela frente um mundo de problemas. Jornada ainda que, na verdade do escrutínio, aquilatará prestígio e decidirá merecimentos. Definirá sobretudo até que ponto a ilegalidade descomunal da propaganda «AD» através dos órgãos de CS estatizados poderá camuflar a sua gestão corrupta, incompetente e desastrosa; concluirá, finalmente e através de (mais) um juízo provisório, a definitiva verdade de que esta — a verdade — é o único investimento com crédito no futuro. Que frequentemente se constrói a pulso e avança ao milímetro. Mas avança. Inexorável no seu encontro com a História.

Avanço portanto da Aliança Povo Unido, a única força política que neste País tem subido em todos os horizontes porque em todas as frentes está — dedicada e digna, honestamente transparente. Avanço da APU também em Lisboa, porque sempre assim aconteceu, numa linearidade de causa-efeito toda explicada no prestígio que apenas o trabalho dá.

APU enfim que conhece como ninguém os problemas da capital — onde é a segunda força política. Que entra nesta campanha eleitoral com a filosofia de sempre: a verdade dos projectos na mão, do conhecimento rigoroso, do estudo palpável; sem promessas — com propostas. APU que na passada terça-feira convidou toda a Comunicação Social para um passeio na cidade, a mostrar um pouco do como ela ficou com o desastre da administração «AD» e como ela poderá ser tendo à frente uma administração Povo Unido.

O passeio foi de autocarro e com guias à altura: Zita Seabra (deputada comunista e membro da AM da CMU), Silva Graça (vereador APU na CMU), o arquitecto Silva Dias e Luís Azevedo, do MDP. Presentes a generalidade dos órgãos de CS escrita, ausentes a RDP e a RTP. Como se compreende, neste tempo de feroz manipulação e sonegação informativa praticada a fundo pela «AD» e quem, nestes poderosos meios de CS, desacompaia na obediência à voz do dono.

Começando na Avenida da Liberdade, logo ali o passeio pegou num dos fios da meada com que a incompetência «AD»/Abecasis enleou a cidade: a destruição sem peias de patrimónios culturais, em função dos interesses de clientelas bem conhecidas. Constituinte um excelente exemplar da arquitectura do período romântico no nosso País, esta avenida (como outras, na cidade) está a sofrer o assalto desses interesses capitalistas que a pouco e pouco a vão destruindo na sanha da especulação imobiliária — isto apesar de para ela existir um plano de recuperação e aproveitamento.

Também logo ali a APU começou a demonstração pela positiva do que se pode (e se propõe) fazer no sentido de preservação cultural da cidade a par com a sua humanização. Dois exemplos: a «baixa» do Terreiro do Paço. Ambos têm parte de uma das «causas de problemas» com que a Aliança Povo

# Iniciativas APU

## • A realizar

O próximo fim-de-semana ficará assinalado por todo o País pela Jornada Nacional da APU, anunciada durante o Encontro Nacional realizado em fins de Outubro. Será o primeiro grande e simultâneo contacto da APU com as populações de todo o País — os dias de uma porta-a-porta gigante, das grandes colagens e pinturas de murais, símbolos e slogans de propaganda, das distribuições e sessões de esclarecimento.

A APU chama os seus activistas, e o nosso Partido todos os seus militantes, a acompanhar os candidatos na divulgação e explicação da grande palavra de ordem que vai justificar o voto na APU: **para resolver os problemas da nossa terra, a APU é a solução:**

A redacção do "Avante!" chegaram informações detalhadas do que vai ser esta Jornada Nacional em Lisboa, nos distritos de Faro e de Santarém. Do Porto, os camaradas confessam ser impossível enumerar tudo o que está programado mas fazem-nos chegar ainda assim uma longa lista de realizações. Informações dispersas de outros distritos, e a omissão completa de vários outros, impõem um alerta: que cada um procure saber o que está programado na sua terra — porque em todo o lado haverá iniciativas! — e colabore activamente nesta jornada de divulgação das propostas da APU.

Além da Jornada Nacional, outras iniciativas importantes previstas para o fim-de-semana são noticiadas noutros locais deste número.

Em primeiro lugar, a participação do camarada **Álvaro Cunhal** em sessões e encontros com as populações do distrito do **Porto, Riba d'Ave** e freguesias de **Guimarães** — integradas aliás na Jornada Nacional. Também o comício, seguido de espectáculo, que amanhã se realiza no **Pavilhão dos Desportos de Lisboa**: é o Encontro dos Candidatos da APU de Lisboa com a população da cidade, durante o qual intervirá também o camarada **Octávio Pato**.

Ainda em Lisboa está anunciado para o dia 24, quarta-feira, no cinema Europa, um debate promovido pela APU com **Zita Seabra**, o candidato à CM de Lisboa, **Alfredo Moura**, e os presidentes de Câmaras APU do distrito de Lisboa: **Sobral de Monte Agraço**, **Vila Franca de Xira**, **Azambuja**, **Amadora** e **Loures**.

### Guarda

**Sexta-feira**, às 21 horas, no Sabugal, sessão de apresentação de candidatos a **Sábado**, **Gouveia**, no mercado municipal, às 15 horas, magusto-convívio • **Domingo**, um outro magusto-convívio a partir das 14 horas na Quinta do Espinho em **Trancoso**.

Por todo o distrito se farão porta-a-porta integrados na Jornada Nacional de 20/21.

### Porto

Para além das sessões e comícios em que participará o camarada **Álvaro Cunhal**, estão programados nos vários concelhos e freguesias do Porto sessões de propaganda com colagens de cartazes, distribuições de documentos nas empresas e nas ruas, porta-a-porta, caravanas automóveis, reuniões de candidatos e activistas.

A realização de caravanas automóveis está prevista nos concelhos de **Amarante**; **Baião**, **Felgueiras**, **Lousada**, **Marco**, **Paços de Ferreira**, **Paredes**, **Penafiel**, **Maia**, **Matosinhos**, **Valongo**, **Gondomar**; mini-comícios e pequenas sessões com candidatos em empresas de **Matosinhos**, nas feiras de **Ermesinde** e de **Valongo**, em freguesias da **Maia** e na **Lomba**.

Reuniões de candidatas e activistas em **Póvoa** e **Vila do Conde**, sessões de apresentação de candidatos em freguesias de **Gaia** e **Alfena**, porta-a-porta nas freguesias de **Gaia**, em **S. Pedro da Cova** no Bairro da **Bela Vista**, na **Mó** e em **Silveirinhas**, no Bairro da **Giest** de **Valbom**, no Bairro de **Monte Cristo** em **S. Cosme**, na zona da **Igreja** em **Rio Tinto**.

Na cidade do Porto, além de numerosos porta-a-porta nos bairros, pintura de murais, colagens e distribuição pública de documentos, estão previstos: encontros nas empresas, manifestações artísticas nos coretos da cidade, caravanas automóveis durante o dia de sábado, projeções de slides, apresentação dos candidatos jovens e, na sexta-feira, dos candidatos da freguesia do **Lordelo**.

Ainda na sexta-feira: almoço de candidatos e apoiantes da APU no **Bonfim**, e uma sessão sobre desporto na Junta de Freguesia do **Bonfim**, às 21 e 30, com os conhecidos técnicos **Pompílio Ferreira**, **Jorge Araújo** e **Joaquim Meirim**.

### Castelo Branco

Estão previstos por todo o distrito, no quadro da Jornada Nacional, contactos directos com as populações e porta-a-porta nos bairros, zonas e freguesias mais importantes, assim como a distribuição de documentos nos mercados, com participação mais destacada das mulheres candidatas e apoiantes da APU. Estão igualmente previstas caravanas de automóveis, no domingo, em várias zonas do distrito.

No concelho da **Covilhã** a Jornada Nacional é antecipada no dia 19 por recolhas de assinaturas nas empresas, de apoio aos candidatos.

Outras iniciativas previstas: Hoje, 5.ª feira, em **Castelo Branco**, plenário na sede da APU (rua dos Prazeres, 43) • Amanhã, às 21 horas, em **Belmonte**, espectáculo com **Teresa Paula Brito**, **Filipe Gomes dos Santos** e **Maria Dulce** • No sábado, com os meses artistas, espectáculo na escola primária da **Aldela de Carvalho**, concelho da **Covilhã**, com início às 15 horas • Também no sábado, em **Castelo Branco** é no **Ginásio da Escola Secundária**, apresentação dos candidatos aos órgãos concelhios, a partir das 21 e 30; no final um espectáculo. Para domingo estão anunciadas duas sessões de apresentação de candidatos: uma, às 15 horas, em **Alpedrinha** — uma freguesia do **Fundão** onde a APU concorre pela primeira vez; a outra em **Vila Velha de**

toral, com intervenções de **Vitor Neto**, candidato à presidência da Câmara, **dra. Maria da Soledade**, 2.ª candidata à Câmara, **dr. José Leal**, cabeça de lista à Assembleia Municipal, **José Vitoriano**, vice-presidente da Assembleia da República e da Comissão Política do CC do PCP e **Carlos Brito**, membro da Comissão Política e do CC do PCP, e presidente do Grupo Parlamentar do PCP • **Monchique** — porta-a-porta • **Faro** — distribuição de propaganda no mercado municipal, às 10 horas; porta-a-porta em **Montenegro** e sessão de esclarecimento nesta localidade, às 17 horas no clube local • **S. Brás** — distribuição de propaganda no mercado • **Tavira** — distribuição de propaganda no mercado, às 10 horas; porta-a-porta em **Tavira** e na **Luz** • **Olhão** — porta-a-porta em **Olhão** e **Fuzeta** às 10 horas e em **Quelães**, às 15 horas.

### Domingo

**Loulé** — porta-a-porta em **Alte**, às 10 horas; sessões de esclarecimento em **Benafim** e **Alte** para apresentação de candidatos e programas, às 17 e 21 horas respectivamente • **Albufeira** — porta-a-porta na **Guia** e nas **Ferreiras** • **Vila do Bispo** — porta-a-porta em **Burgau**, em **Budens** e na **Figueira** com a participação de **Carlos Brito** • **Aljezur** — porta-a-porta no concelho • **Lagos** — distribuição de propaganda na **Feira**, porta-a-porta em **Odeixeira** com a participação de **Carlos Brito** • **Lagoa** — porta-a-porta em **Lagoa** • **Portimão** — Almoço-convívio na **Mexilhoeira Grande**, com exposição da APU; porta-a-porta em **Portimão**, às 16 horas com distribuição de listas de candidatos, medidas urgentes para **Portimão** e outros documentos • **Vila Real de Sto. António** — porta-a-porta em **Monte Gordo**, às 10 horas; sessão de esclarecimento em **Monte Gordo**, às 16 horas, com apresentação do espectáculo «A Pata que os Pés», com **José Viana** e **Dora Leal** • **Castro Marim** — porta-a-porta • **Alcoutim** — porta-a-porta no concelho • **Silves** — sessões de esclarecimento na **Perna Seca** (**Messines**), às 16 horas e na **Torre** e **Cercas**, às 21 horas • **Monchique** — porta-a-porta em **Alferr** e **Marmeleira** • **Faro** — distribuição no mercado de **Faro**; almoço-convívio em **Santa Bárbara de Nexe**, às 13 horas; porta-a-porta nas freguesias da **Conceição**, **Santa Bárbara** e **Estói**; sessão de esclarecimento no **Rio Seco**, às 17 horas, na **Sociedade Local** • **Tavira** — porta-a-porta em **Santa Luzia** e em **Santo Estevão**, às 15 horas • **Olhão** — sessão de esclarecimento e distribuição de propaganda junto ao campo de futebol.

### Santarém

**Sábado**: **Coruche** — porta-a-porta e distribuição no mercado às 8 e 30 • **Distribuição**, às 15 horas, em **Monsanto** e **Vila Moreira**, **Alcanena** e **Torres Novas** — porta-a-porta, reuniões APU e sessão às 21 horas • **Vila Nova de Ourém**, 21 horas, na sede da **Banda**, apresentação dos candidatos e um espectáculo com **Manuel Freire** • **Santarém** — distribuição de propaganda no mercado, propaganda em **Alcanhões** e **Romeira**; à noite, colocação de panos • **Alparça**, a partir das 14 horas, porta-a-porta com a participação de todos os candidatos • **Cartaxo**, porta-a-porta • **Igualmente em Valada e Porto Muge** • **Marinhais**, às 21 horas, no cinema, apresentação dos candidatos • porta-a-porta em **Fornos de Salvaterra**

e em **Benavente** • Colocação de panos e cartazes na **Azinhaga** e na **Golegã** • **Abrantes**, às 15 horas, porta-a-porta, e às 21 horas apresentação de candidatos • **Almeirim** — porta-a-porta no Bairro de **S. João Baptista** com intervenção dos candidatos, às 9 e 30; às 14 horas no Bairro da **Feteira**; às 10 horas, na Casa do Povo de **Almeirim**, apresentação de candidatos • **Porta-a-porta no Entroncamento**.

No domingo: **Porta-a-porta de manhã** em **Coruche** e **Lamara** • **Em Alcanena** e **Espinho**, distribuição de propaganda • **Torres Novas** — porta-a-porta nas **Lapas**, às 15 horas • Durante toda a tarde, distribuição de propaganda em **Ribeira de Santarém**, **Alcanhões**, **Vale Figueira**, **S. V. Paul**, **Pombalinho**, **Póvoa da Lenta**, **Almóster**, **Santarém** • **Romeira**, 16 horas, apresentação de candidatos APU • **Igualmente**, às 21 horas, em **Alcanhões** • **Alparça**, 20 horas, jornada de colocação de panos e cartazes • **Porta-a-porta no Cartaxo** • **Porta-a-porta** e distribuição de propaganda durante todo o dia em **Valada** e **Porto Muge** • **A tarde** em **Arrouques** • **Porta-a-porta** em **Samora**, **Santo Estevão** e à tarde em **Alvoga** • **Entroncamento**, acção de propaganda junto à **Estação da CP** • **Atalaia**, **Vila Nova da Barquinha**, almoço-convívio às 14 horas.

### Distrito de Lisboa

**Sábado**: Na cidade de Lisboa, visita à freguesia de **Santos** — Bairro da **Madragoa**, pelas 15 horas com **Fernando Torres** e **Vitor Alves** • às 15.30 horas, **Rui Godinho** e **Maria Emília Galhardos** visitam a freguesia de **S. Vicente de Fora** • **Nos Olivais**, visita de **Zita Seabra** às 10 horas e sessão às 15 horas na **Escola União Laranjeiras** • Sessão às 21 horas na «Barraca» de **S. Mamede**, com **Gomes da Silva** e **Monteiro Batista**, seguida de canto livre • **Zita Seabra** e **Cunha Serra** estarão presentes às 21.30 numa sessão na freguesia do **Beato** • **Visita** às 14.30 ao Bairro **Bela Flor** — **Campolide** • **Em S.ª Catarina**, na «**Guilherme Coussul**», sessão às 16 horas • Na freguesia de **Carnide**, sessão com **Rui Godinho**, às 21 horas • **No Jardim do Principe Real**, mini-comício pelas 15 horas • às 10 horas, mini-comício no mercado do **Bairro Chinês**, com **Rui Godinho** • **A partir** das 10 horas visita de **Alfredo Moura** e **Anselmo Anibal** às freguesias da **Ajuda** e **Alcântara**, seguindo-se uma sessão com canto livre na **Academia de Sto. Amaro** e **manhã infantil** na **Manuel da Maia** a partir das 10 horas • **A 15.30** tarde infantil e canto livre na freguesia das **Mercês** • **A presença** do **Fado** de **Abril** às 21.30 na freguesia de **Belém** • **No Bairro Bela Flor** (**Campolide**), tarde infantil a partir das 15 horas e sessão com canto livre às 21 horas.

### Domingo

A partir das 10 horas visita de **Zita Seabra** ao Bairro da **Liberdade** • **Manhã infantil** no Bairro dos **Sapadores** às 10 horas e canto livre às 15 horas a que se seguirá, pelas 16.30, uma intervenção política • **Sessão** no Centro Social do **Comércio**, freguesia de **S. José**, às 16 horas, com canto livre • **No Salão de Festas** da **Horta Nova**, em **Carnide**, canto livre às 21 horas • **Uma estafeta** durante o dia percorrerá as freguesias da **Amoeiroira**, **Charneca** e **Lumiar** • **Alfredo Moura** e **Rui Godinho** estarão durante o dia na freguesia de **Benfica** e **S. Domingos**.

## Álvaro Cunhal no Porto e em Guimarães

O camarada **Álvaro Cunhal**, participará no próximo fim-de-semana em várias iniciativas da APU no distrito do Porto e no concelho de Guimarães.

Na região do Porto estará na sexta-feira, às 21 e 30, no **Cinema Vitória** de **Gondomar**, numa sessão de apresentação de candidatos à Câmara e Assembleia Municipal.

No sábado à tarde, a partir das 15 e 30, participa num comício-festa a realizar no **Liceu de Matosinhos**, e às 17 horas num outro comício-festa na **Praça da Corujeira**, freguesia de **Campanhã**.

### A visita a Guimarães

Foi anunciada para o próximo domingo a visita do camarada **Álvaro Cunhal** à zona operária do **Ave** — a freguesia de **Riba d'Ave**, em **Famalicao**, e a várias outras do concelho de **Guimarães**. Do programa de realizações que terão a participação de **Álvaro Cunhal**, em contactos com as populações e com os candidatos municipais e de cada freguesia, destacamos:

**Riba d'Ave** — 9 e 30; **Guardizela** — 10 e 15; **Serzedelo** — 10 e 30; **Gandarela** — 11 e 15; sessão em **Mora de Cónegos** — 11 e 45. Depois do almoço-convívio com candidatos e apoiantes da APU no concelho de **Guimarães** em **Nespereira**, marcado para as 12 e 30, o secretário-geral do PCP estará ainda nos **Carvalhos** às 14 e 30 e em **S. Martinho de Candoso** às 15 e 15.

Posteriormente, encerrará com uma intervenção o comício-festa que desde as 15 horas decorrerá em **S. Jorge do Seixo** com a presença e a participação de todos os candidatos da zona de **Pevidém**.

A presença em **Guimarães** do camarada **Álvaro Cunhal** — assinala em nota à imprensa a **Comissão Concelhia de Guimarães** do PCP — é uma afirmação da confiança do PCP no crescimento da APU no concelho, e é igualmente «uma afirmação da solidariedade consequente do PCP com a corajosa e difícil luta dos trabalhadores têxteis da região pelos seus direitos e conquistas e por uma vida melhor».

## No Pavilhão dos Desportos

## Comício com Octávio Pato apresenta candidatos APU para a cidade de Lisboa

Amanhã, às 21 horas, um grande comício no **Pavilhão dos Desportos** assinala o encontro dos **Candidatos da APU** com a população da cidade de Lisboa. O camarada **Octávio Pato**, membro da **Comissão Política** e do **Secretariado do Comité Central** do PCP, intervirá no comício que terá a participação também de **Anselmo Anibal**, candidato à **Câmara Municipal de Lisboa**, **Silva Graça**, candidato ao mesmo órgão, **Fernando Rodrigues**, candidato da **Juventude à Assembleia Municipal**, **António Gonçalves**, do **MDP/CDE**, também candidato à **Assembleia Municipal**. **Falará** ainda o candidato da APU à **Presidência da Câmara**, o tenente-coronel **Alfredo Moura**. **Seguir-se-á** um espectáculo com a participação de **Carlos do Carmo**, **Ary dos Santos** e **Carlos Paredes**.

Destacamos ainda, na segunda-feira, a visita de **Alfredo Moura** à **Universidade** a partir das 11 horas • Na terça-feira, sessão de apresentação dos candidatos às presidências das câmaras do distrito, às 21 horas, no **Cinema Europa**, onde estarão presentes **Alfredo Moura**, por **Lisboa**; **António Bogalho**, **Sobral de Monte Agraço**; **Daniel Branco**, **Vila Franca de Xira**; **Joaquim Narciso**, **Azambuja**; **Orlando de Almeida**, **Amadora**; **Severiano Falcão**, **Loures**; e ainda **Zita Seabra**.

**Vila Franca de Xira** — Encontro para apresentação das mulheres candidatas, no dia 19, às 21.30 horas, no salão dos **Bombeiros Voluntários**, com a presença de **Gorjão Duarte**, do CC do PCP, e **Daniel Branco**, candidato à presidência da **Câmara Municipal** • **Porta-a-porta**, no sábado, em **Sta. Cruz** e **Verdelha** do **Ruivo** e, no domingo, no **Bairro Nacente** do **Cabo**. **Parade** — Sessão para apresentação dos candidatos, no domingo, às 15 horas, no **Sa-**

lão do **Grupo Desportivo de Paço de Arcos**, com a presença de **Abom Inglês** do CC do PCP, **Melo Carvalho**, **Júlio Vieira** (cabeça de lista) e **Eduardo Pedrosa**, membro da **Comissão Nacional** do MDP.

**Amadora** — A exemplo do que se passa em Lisboa, também a zona de **Amadora** a jornada nacional da APU terá início no dia 19 com uma grande acção de esclarecimento na zona industrial da **Venda Nova**.

Depois de uma distribuição de documentos prevista para as 6.30 horas vários carros percorrerão durante toda a manhã a zona. No período do almoço serão montadas várias bancas onde estarão presentes candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Pela tarde, haverá uma grande acção de agitação com distribuição de propaganda que culminará, às 18 horas, junto à **empresa Nobre** e **Silva** com um comício do PCP onde intervirão **Jerónimo Sousa** do CC do PCP e **Orlando Almeida**.

## • Realizadas



«APU Gente que Trabalha», um dos lemas que, em Almada, esteve presente na sessão de apresentação de candidatos do Povo Unido à Assembleia de Freguesia. Além de alguns dos componentes das listas — comunistas e independentes — intervieram na sessão realizada no passado sábado, os camaradas **José Vieira**, do CC do PCP e presidente da **Câmara Municipal de Almada**, e **Domingos Abrantes**, da **Comissão Política** e do **Secretariado do Comité Central** do Partido Comunista Português.

### Sesimbra

O programa eleitoral da APU em **Sesimbra** será resultado da discussão colectiva e procurará contribuir com realismo para a resolução dos problemas dos municípios, conforme apontou o debate realizado no passado sábado à noite naquela vila e que contou com a participação de mais de uma centena de candidatos. Presidiram à sessão o camarada **Carlos Ramaldes**, do CC e da **DORS**, e o membro do **MDP** **António Leão**.

### Setúbal

A reunião de candidatos APU à **Câmara Municipal** e à **Assembleia Municipal** decorreu na noite da passada sexta-feira, nas instalações do **MDP/CDE** em **Setúbal**, tendo permitido enriquecer o projecto

de atletas. A prova estava integrada no plano de propaganda eleitoral do Povo Unido que prepara, para o próximo sábado, nova prova desportiva com itinerário diferente.

### Moita

«É necessário que o manifesto da APU na Moita seja conhecido de todos e de cada um», disse **Valdemar Santos**, da **DORS** do PCP, durante o IV Encontro Concelho da APU realizado no passado domingo no **Ginásio Atlético Clube** da **Baixa da Banheira**. Neste concelho, para um mínimo legal de 145 candidatos, a APU apresentou 262 a todos os órgãos autárquicos do concelho. No final do Encontro, que fez o balanço de três anos de trabalho autárquico da APU, houve um canto livre, com o grupo «**Povo Unido**».

### Barreiro

Com a presença do vereador **Fráguas**, do pelouro da **Cultura**, **Ensino** e **Desporto** da **Câmara do Barreiro**, os professores do concelho trocaram impressões com elementos da **Comissão de Redacção** do Programa da APU para o próximo mandato. Durante o Encontro, realizado no sábado na sala de convívio do **Luso**, o programa foi enriquecido com sugestões dos professores.

### Distrito de Portalegre

O camarada **Carlos Brito**, membro da **Comissão Política** do CC do PCP, participou no

passado fim-de-semana em quatro sessões de esclarecimento eleitoral realizadas no distrito de **Portalegre**. No sábado esteve em **Sousel** e **Galveias** e, no domingo, em **Avis** e **Alter do Chão**. Em todas as sessões, **Carlos Brito** pôde saudar o grande dinamismo que caracteriza a campanha da APU e o optimismo sadio com que se trabalha nesta parte do distrito de **Portalegre** para atingir os objectivos da APU.

### Porto

O camarada **Octávio Pato**, do **Secretariado** e da **Comissão Política** do CC do PCP, participou, no Porto, no passado fim-de-semana, em várias sessões e iniciativas da APU. No sábado à tarde participou na sessão de apresentação de candidatos na **Maia**, precedida por uma caravana automóvel que se concentrou na **Praça do Município**, vinda das várias freguesias do concelho. Depois de uma visita às freguesias ribeirinhas da **Viúva**, onde esteve na **Comissão de Moradores**, da **Sé**, no **Centro Cultural**, **São Nicolau** e **Miragaia** onde dialogou com os candidatos e a oposição local, o dirigente comunista esteve em **Gaia**, no comício de apresentação de candidatos da freguesia de **Mafamude**, onde interveio sobre a situação política, ouvido por centenas de pessoas. No Domingo de manhã, **Octávio Pato** conversou com os candidatos da APU na freguesia de **Freamunde**, em **Paços de Ferreira**, bem como com vários populares do lugar

de **Gandarela**, daquela freguesia. À tarde e finalizando a sua participação nas iniciativas APU no distrito, o camarada participou em sessões em duas freguesias que a APU se propõe ganhar — **Campo**, no concelho de **Valongo**, e **São Pedro da Cova**, em **Gondomar**.

### Beira Interior

Várias iniciativas preparatórias da campanha eleitoral da APU tiveram lugar nos últimos dias na **Beira Interior**. O camarada **Joaquim Gomes**, da **Comissão Política** e do **Secretariado** do CC, participou no passado dia 11, na cidade de **Guarda**, numa reunião com dezenas de militantes comunistas. No dia seguinte reuniu com a **Comissão Distrital** da **Guarda** do PCP e, à noite, participou numa reunião alargada de comunistas e de activistas da APU no **Centro de Trabalho** da **Covilhã**.

No passado dia 14, em **Alpedrinha**, realizou-se pela primeira vez um Encontro Distrital promovido pela **Comissão Distrital** do PCP, que reuniu candidatos e activistas da APU para análise da organização da campanha eleitoral, tendo sido debatida a preparação da jornada nacional dos dias 20 e 21. O camarada **Jaime Serra**, da **Comissão Política** do **Comité Central**, que presidiu ao Encontro, fez no final a análise detalhada da situação política nacional e da importância que as próximas eleições desempenham nesse sentido e a influência que poderão ter.



Freguesia de Liceia

de **Moçambique**, sede de um concelho onde o PS detém uma das maiores voçadeiras mais fortes no plano nacional. O vasto salão está praticamente cheio. Há uma semana, **Mário Soares** não está na vila, na sua primeira e consequente reunião com a maioria de pessoas. O concelho predominantemente agrícola, o objectivo da APU é fazer eleger o seu primeiro vereador. «A confiança é grande; queremos contribuir para a resolução dos problemas do nosso concelho» — afirmou **João Pereira**, candidato da lista da APU para a **Câmara Municipal**.

Depois, foi caminhar na direção do **Sobribo**, última etapa desta longa viagem, onde se realizou um jantar que reuniu mais de três centenas de democratas. Terra de longas tradições de luta, assistiu-se a uma consagração de uma tradição que se sabia existir; a relação muito íntima entre Partido, militantes, simpatisantes e população.

As opiniões que ouvimos apontaram todas na mesma direção: «**Nem os fontanários que agora têm andado a construir à pressa os salvasanos**», «**Muitas das promessas foram pelo caminho**» — disse **Francisco Cardoso**, agricultor. Por isso, esta é, de qualquer modo, uma freguesia a ganhar.

### Contacto com as populações

Terminada a visita, sem se pretender fazer um balanço, aliada a algumas impressões nos pareceres de quem registou. Região com características rurais — mas também com muitos operários (Cimpor, Vidreira da Fontela, Registos de Matosinhos) — ber-

## Lisboa que há de haver

propõe-se de lá retirar todos os automóveis, devolver a praça aos habitantes e criar alternativas de estacionamento no Campo das Cebolas e **Corpo Santo**; isto numa primeira fase, que aponta para uma maior aproximação da cidade ao rio (Lisboa deve ser a única capital da Europa que não tem, devidamente valorizada em termos de lazer, a vantagem de se estar à beira-rio — e que não).

### Cerzir a cidade

A visita prosseguiu pela 24 de Julho com a informação de mais uma originalidade: «AD» — a **Câmara Municipal de Lisboa** não tem de há três anos para cá **Gabinete de Planeamento** — que havia (e bem apetrechada humana e tecnicamente) foi dissolvido por **Abecasis** mal tornou posse, sem criar alternativa. Pelo que tudo o que se tem construído ou destruído nesta cidade sob gestão «AD», tem sido arbitrário da edilidade e das suas clientelas. Dai que surjam ideias escandalosas como as «torres do Tejo» ou negociatas inqualificáveis como a do viaduto das **Calvanas**, «pago em géneros» por **Abecasis**, ou seja a **troca** de terrenos de urbanização municipais e isto são apenas exemplos.

Frente ao edifício da **Standart** (local abandonado pela «AD»-**Abecasis** para o início das famosas «torres do Tejo», entretanto vencidas pela luta tenaz da APU na denúncia de tal desvario), ironizou-se com o recuo que a aliança reaccionária teve de fazer em relação ao seu projecto das torres, acabando por pegar numa proposta da APU em relação a este edifício, no sentido de o recuperar para centro cultural da cidade.

Esta megalomania seria devidamente aproveitada para evidenciar que a cidade de Lisboa — tentando desde o terramoto de 1755 que não morria — é diferente em desastamentos (desastamentos), como aconteceu recentemente em **Entre-Camões** — necessita de «ser cerzir» e não de grandes operações plásticas», segundo afirmações do arquitecto **Nuno Portas** (local abandonado pela «AD»-**Abecasis** para o início das famosas «torres do Tejo», entretanto vencidas pela luta tenaz da APU na denúncia de tal desvario), ironizou-se com o recuo que a aliança reaccionária teve de fazer em relação ao seu projecto das torres, acabando por pegar numa proposta da APU em relação a este edifício, no sentido de o recuperar para centro cultural da cidade.

Esta megalomania seria devidamente aproveitada para evidenciar que a cidade de Lisboa — tentando desde o terramoto de 1755 que não morria — é diferente em desastamentos (desastamentos), como aconteceu recentemente em **Entre-Camões** — necessita de «ser cerzir» e não de grandes operações plásticas», segundo afirmações do arquitecto **Nuno Portas** (local abandonado pela «AD»-**Abecasis** para o início das famosas «torres do Tejo», entretanto vencidas pela luta tenaz da APU na denúncia de tal desvario), ironizou-se com o recuo que a aliança reaccionária teve de fazer em relação ao seu projecto das torres, acabando por pegar numa proposta da APU em relação a este edifício, no sentido de o recuperar para centro cultural da cidade.

dos transportes ao abastecimento.

### Uma cidade cómoda, segura e atraente

A segunda parte da visita despiu sem contemplações a miséria da capital. Visitou-se o Alto da **Ajuda**, as **Musgueiras**, o «bairro do Relógio», a **Curraleira** e, na vertigem deste desespero social iam surgindo números, dados, denúncias, informações — propostas. Como por exemplo que em **Lisboa** 90% da população carece de habitação social enquanto 90% do mercado habitacional (de iniciativa privada) só é alcançável por 10% dos cidadãos... ou que, a par de promessas «AD» em dar «uma habitação a cada família» se encontra, três anos depois, um assustador agravamento do já gravíssimo problema da habitação degradada e clandestina... ou ainda que por trás das cínicas promessas «AD» germinou um sombrio esquema de negociatas e corrupções que estão a depredar o património municipal, a comprometer o futuro da cidade, a destruir irremediavelmente patrimónios inestimáveis.

Como por exemplo a «**venda**» de 300 ha de terrenos urbanizáveis na zona da **Curraleiras** a empresas privadas por 1300\$00 por m<sup>2</sup>, quando os preços de mercado andam pelos 20 mil escudos... ou a suspensão da construção do cemitério da **Lobeira** (já delimitado por um muro) porque «constou» que o terreno «não digeriu um cavalo» lá enterrado, apesar de, evidentemente, o terreno ter sido devidamente analisado e aprovado (por trás do distrito, de novo, a especulação imobiliária).

Entretanto as muitas dezenas de

### Assembleia da República

# "AD" vota a favor do aborto clandestino contra as propostas do PCP de Defesa da Maternidade

Quando, na madrugada de sexta-feira última, dia 12, terminaram as votações dos projectos de lei sobre a defesa da maternidade apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP, não se ouviram aplausos.

Pelo contrário, a rejeição imposta pelos partidos da maioria aos dois principais projectos de lei levantaram protestos entre as galerias que apesar do adiantado da hora se encontravam repletas de homens e mulheres.

«Aborto, o crime está na lei!» foi a palavra de ordem que de imediato se fez ouvir do alto do hemicírculo. E logo o presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, mandou evacuar as galerias.

Mas se palmas não houve na Assembleia, de certo que elas surgiram satisfeitas noutros locais. Todos os que lucraram (e lucraram bem) com o aborto clandestino aplaudiram o favor que deputados do CDS e PPD lhes fizeram. E não foram só as parteiras, que nesta coisa de abortos têm as costas largas, mas também muitos médicos que recearam ver desaparecer uma fonte de rendimento para as suas clínicas particulares, que ainda por cima não passam pelo imposto complementar. E viva a clandestinidade da prática abortiva. Mas reportemo-nos agora aos debates que durante três dias ocuparam os trabalhos da Assembleia da República. Debates que registaram um elevado nível por parte dos intervenientes da oposição democrática com realce para as in-

tervenções dos deputados Zita Seabra (PCP), Almeida Santos (PS), Octávio Cunha (UEDS) e ainda Natália Correia (PSD) que frontalmente desafiou a determinação de voto do seu partido. Ainda no PSD outros deputados, houve que, não sendo substituídos, optaram por abandonar a sala no momento que precedeu a votação nominal do projecto de lei mais «quente» — a interrupção voluntária da gravidez. Foram eles Jaime Ramos e Pedro Pinto. Por seu turno, Margarida Salema, do PSD, preferiu não comparecer no último dia dos debates, sem se ter feito substituir. A posição dos deputados do CDS foi, sem dúvida, a posição dos homens e mulheres das cavernas. Oliveira Dias, agora já sentado nas bancadas, fez

um profundo discurso «científico» para dizer que o seu grupo parlamentar iria votar contra. Nem outra coisa seria de esperar e talvez não valesse a pena usar tantos termos de medicina para extrair a conclusão do voto contra... Citou ainda provérbios africanos («todos os galos e galinhas que hoje cantam, ainda ontem eram ovos») e disse ainda: Mas, perguntar-me-ão, não é verdade que há dramas, muitos dramas, relacionados com a gravidez, com o número de filhos, com as condições em que as famílias têm que os criar? É verdade — há alegrias mas também há dramas, esperados ou inesperados. Como todo o aborto é sempre um drama!

E por isso mesmo é que não é lógico aprovar dispositivos legais que venham subtrair as pessoas — as mulheres e os homens — às responsabilidades inerentes aos seus actos, nem constituir desculpa ou pretexto para que a sociedade e o Estado não tenham verdadeiras políticas familiares, abertas, generosas, complexas e realistas como a vida, que acabem com a discriminação entre as crianças, por serem filhas de ricos ou de pobres, de famílias numerosas ou de famílias sem mais filhos, de pais casados ou de mães solte-

ras — e de um pai que tem de ser responsabilizado. Essa é que é a resposta lógica aos dramas tão falados acerca desses projectos e a tantos outros que, por não terem publicidade, não serão menos pungentes, menos imperativos. E se não fosse bastante o cinismo aqui expresso, Oliveira Dias acrescentou: Porque nós acreditamos nos valores positivos da vida; porque acreditamos no destino eterno do homem e da mulher; porque, em si, respeitamos tanto a criança que ainda se não vê como o mais poderoso dos comandantes dos exércitos, dos magnates da finança ou dos expoentes da intelectualidade...

Agora, deprimente, deprimente, foi a intervenção que coube fazer ao deputado do CDS, Larcher Nunes, um jovem enghelado, que na sua intervenção utilizou uma formulação nazi (Hitler teria aplaudido) e alinhou bacoradas sem fim — melhor, fez o aborto da ciência. Dizia Larcher Nunes, sapientíssimo doutor «inter pares»: Aos 4 e aos 3 meses o ser faz numerosos movimentos, franze as sobrancelhas, fecha os punhos e sorri; Poder-se-á dizer que aos 60 dias são só 3 centímetros. É verdade, mas são 3 centímetros nos quais estão já

quase determinados mãos, pés, cabeça, órgãos e cérebro; — E aos 15 dias são apenas 4 milímetros e meio mas começam-se já a conhecer aqueles órgãos; E mais adiante com o rigor científico que caracterizou toda a sua intervenção: É de constatar aliás que também o ser só anda por volta dos 14 meses e fala em regra aos 24... Como seria de esperar não faltaram as interpeleções a este inteligente deputado que a todas disse nada. E não fora Oliveira Dias saltar em sua defesa e o deputado teria passado pela vergonha de ter sido chumbado pelo resto do hemicírculo, por desconhecer a matéria e nem sequer levar uma «cábulas» que o pudessem ajudar. Mas foi sincero quando prometeu ir estudar as questões levantadas nomeadamente no que ao uso do preservativo diz respeito e que também não logrou responder...

Outra intervenção brilhante desta bancada foi a proferida pelo deputado João Pulido de Almeida que a dado momento salientou num tom balofamente poético: Mas, meus senhores, muito acima do lodo dos tremedais, o Sol luminoso continua a cantar vitória, iluminando o azul do firmamento, e com ele a maioria do povo

português, cuja raiz de educação cristã e formação humanista, muito para além das fronteiras da matéria, vislumbra horizontes mais largos e mais limpidos. Nesta época tão incerta e conturbada, depois de tanta frustração sofrida pelo povo português, haja ao menos o bom senso de não tentar roubar-lhe mais esta crença sublime e este respeito profundo pela vida, não apenas pelo seu semelhante, mas dos seus próprios filhos. Dira com Junqueiro: não se queira roubar ao pobre a acha que ele possui para acender o lume...

Também Amândio de Azevedo, do PSD, falou contra os projectos de lei apresentados pelo PCP. Falou de improviso (desta feita o deputado Silva Marques manteve-se calado durante todo o debate; o que o levou a tomar tal atitude é desconhecido) focando questões morais para defender a sua posição e acabaria por se descair ao confessar as razões políticas que levavam o seu grupo parlamentar a votar contra. Mas Amândio de Azevedo foi mais longe. Chegou ao ponto de considerar a despenalização do aborto como se os automóveis pudessem estacionar à vontade, sem o mínimo respeito pelas regras de estacionamento. O que se pode consi-

# Como foram as votações

O projecto de interrupção voluntária da gravidez que começou a ser votado nominalmente por requerimento do PCP cerca das quatro horas da madrugada, foi rejeitado por 127 votos contra e recebeu 105 a favor. Rejeitaram-no, na generalidade, os deputados da maioria (PSD, CDS e PPM) e a ASDI. Votaram a favor o PCP, PS, MDP/CDE, UEDS e UDP e Natália Correia (PSD). O projecto de Defesa e Protecção da Maternidade votado por ordem numérica, cerca das 2 e 15, foi aprovado por 114 votos PCP, PS, PPM, UEDS, ASDI, MDP/CDE, UDP e Natália Correia do PSD. O CDS (46) votou contra e o PSD (74) absteve-se.

Na votação do projecto sobre a legalização do aborto estiveram ausentes os deputados do PSD Jaime Ramos, Margarida Salema e Pedro Pinto. O Projecto do PCP referente ao Planeamento Familiar e Educação Sexual foi rejeitado por 120 votos contra (PSD e CDS) e votado a favor por 105 deputados (PCP, PS, UEDS, MDP/CDE, UDP e as abstenções do PPM, de Magalhães Mota e Vilhena de Carvalho (ASDI), e Natália Correia (PSD)). O projecto sobre Planeamento Familiar apresentado pelo PSD, já durante o debate, foi aprovado por 176 votos a favor (PS, PCP, UEDS, PSD, MDP/CDE) e 48 votos contra (do CDS e de Jorge Miranda e Vilhena de Carvalho) e as abstenções de Magalhães Mota, PPM e UDP (3).

derar que aquele deputado social-democrata tem da interrupção voluntária da gravidez uma concepção que assenta no código da estrada. Resumindo, a maioria fraquejou na argumentação com que quis combater os projectos de lei apresentados pelo PCP. Só não fraquejou no voto negativo que fez derrotar os dois últimos diplomas. Indiferente aos argumentos morais que tanto utilizou, defensora encarniçada do direito de viver, a maioria parlamentar acabou

por aprovar a legalização do aborto clandestino, acabou por favorecer os sórdidos negócios que por aí se fazem e não se importou nada que cerca de 200 000 mulheres pratiquem o aborto anualmente em condições degradantes, que tantas vezes lhes provocam doenças e morte. Carlos Macedo, quando foi ministro da Saúde, dizia: «Quem quer saúde, pague-a!». E também aqui a direita no poder impõe ao povo português que pague — e sofra.

### Zita Seabra

# Não se pode deixar intacta a chaga social que é o aborto clandestino

Sobre esta Assembleia e cada um dos deputados que a compõem vai recair hoje uma grande, uma enorme responsabilidade. A Assembleia da República vai finalmente decidir e cada um dos senhores deputados assumir o seu voto sobre questões tão importantes e tão graves como as colocadas pelo todo formado pelos três projectos de lei apresentados pelo PCP. Não se pode ser a favor da maternidade responsável, consciente e feliz e ser contra o planeamento familiar e a legalização da IVG. Não se pode ser a favor de uma maternidade responsável e preconizar o incremento do planeamento familiar, deixando intacta essa chaga social que é o aborto clandestino.

Não se pode considerar importante e necessária a consagração legal de direitos da mulher, do casal e da família e simultaneamente rejeitar as soluções para problemas, dificuldades e dramas dos mais sentidos na nossa sociedade. Foi exactamente por assim entendermos que não nos limitámos comodamente a depositar na Assembleia da República um projecto de lei de defesa da maternidade e de planeamento familiar, extraindo daí as óbvias vantagens políticas de propostas cuja justeza e necessidade eram à partida inquestionáveis. O PCP teve a coragem de apresentar aqui frontalmente um projecto visando a legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Mas o facto de o PCP ter assumido com clareza esta responsabilidade foi também inegavelmente importante porque levou a que todos os outros partidos tivessem que clarificar a sua posição dentro desta Assembleia e perante a opinião pública.

Quebrámos, pois, dentro e fora da Assembleia da República, o silêncio que se vinha mantendo sobre o flagelo social do aborto clandestino. Um silêncio periodicamente interrompido pela acção corajosa de algumas organizações de mulheres e pela intervenção persistente de muitos homens e mulheres que insistiram sempre em trazer à luz do dia a realidade.

E se esta iniciativa é coerente com as atitudes e posições que nós comunistas desde há dezenas de anos vínhamos tomando, ela resulta também — e é justo aqui referir-lo — dos esforços desses homens e mulheres que ao longo destes anos vieram quebrando tabus.

A decisão de interromper a gravidez é sempre dramática. E são sempre terríveis as situações que levam a tal decisão. Mas no aborto clandestino manifestam-se também, de forma aguda e chocante, todas as diferenças, todas as desigualdades sociais. As meninas e as senhoras das famílias de Cascais abortam na boa clínica ou vão um fim-de-semana a Londres. As mulheres do povo, as operárias, as camponesas, as empregadas, as desempregadas fazem-no em curtos ou em parteiras — e se a situação económica

é muito difícil, sem anestesia. E quando de todo lhes faltam os meios, fazem auto-aborto com mezinhas venenosas ou corrosivas que tantas vezes matam.

As boas clínicas aí estão mas são só para algumas. A lei que proíbe o aborto não tem, pois, nenhum efeito, nenhum resultado que não seja remetê-lo para a clandestinidade. Pior ainda: como tudo isto escapa aos Serviços de Saúde, salvo quando há acidentes, tivemos oportunidade de ouvir nos debates públicos em que participámos depoimentos que mostram bem como a clandestinidade só aumenta e intensifica o recurso ao aborto.

Quantas mulheres nos apareceram dizendo que fizeram na sua vida múltiplos abortos porque a parteira lhes dizia que a pílula fazia muito mal à saúde?! Na Maternidade Magalhães Coutinho uma médica relatava-nos, por exemplo, que agora lhe estão a aparecer muitos casos de mulheres vindas do aborto clandestino que tiveram de pagar não 10 ou 15 mas 20 ou 30 contos porque depois do aborto nos vieram dizer que afinal «eram gémeos». Mais ainda: quantas vezes a mulher não está grávida, não recorre a nenhum técnico de saúde para se certificar da gravidez e acaba por ir a uma parteira pagar muitos contos por um aborto que não fez.

Mas no meio de tudo os casos que mais nos impressionaram dizem respeito a menores. São de jovens, muito jovens os recentes casos de morte nos hospitais. As jovens muitas vezes com recato da repressão social e familiar escondem até muito tarde a sua gravidez. Por vezes ignoram-na, simplesmente. E nestes casos pagam mais caro na parteira, ou sujítam-se. E há quem lhes provoque, de qualquer maneira, manobras abortivas aos 6 e aos 7 meses de gravidez. E o aborto é proibido! E a educação sexual não existe! E o número de partos de menores, daquilo a que tantas vezes se chama as mães-crianças, aumenta todos os anos assustadoramente no nosso país!

De entre aqueles dos senhores deputados que vão votar contra a legalização da IVG algum é capaz de afirmar que o seu voto contribui no que quer que seja para pôr fim a esta realidade dramática? Como sou a falso vir aqui, em nome dum princípio a que todos devemos respeito, o direito à vida, consentir e logo contribuir para que essa situação se mantenha e para que vidas e vidas continuem a perder-se, quando nós temos a possibilidade e a responsabilidade de evitá-lo-?!

Todo o País sabe, todas as mulheres e homens sabem que a lei que proíbe o aborto não é cumprida. E nem sequer é sentida como obrigatória e vigente pelos encarregados de a aplicar. Nesta mesma Assembleia, no dia em que apresentámos os projectos de lei do PCP e durante uma das sucessivas reuniões horas que alguns partidos foram pedindo, um dos guardas da PSP deste Palácio dirigiu-se-me

perguntando que lei ia eu apresentar. Quando lhe disse que era para revogar a proibição do aborto não escondeu um ar de espanto, dizendo: «Mas então é proibido?! A minha mulher fez quatro...»

Quem ignora que nos jornais, nas revistas de grande circulação entre as mulheres diariamente se publicam anúncios que rezam «parteira diplomada» chegando ao preciosismo de, como alguém salientava, acrescentar: «trata doenças de senhoras. Telefonar para o número tal a partir das x horas». Claro que toda a gente acredita e está mesmo a ver que são telefones para acorrer a partos domiciliários ou para tratar doenças súbitas...

As estatísticas policiais e as estatísticas judiciais remetidas a esta Assembleia mostram que é infimo o número de casos em que a lei é aplicada: 34 condenações de 1968 a 1980. Mas a questão é que não poderá deixar de ser assim. Eminentemente criminologistas com assento nesta Assembleia poderiam falar-nos dos seus estudos em que é demonstrada não apenas a ineficácia do proibicionismo como as suas causas profundas. Temos na verdade muita pena que por exemplo o dr. Costa Andrade não traga a este debate o contributo que nos seus trabalhos de investigação tem dado para o conhecimento dos mecanismos que explicam esta realidade. Mas o que todos sabemos é que ao contrário do que sucede com os roubos, os assassinatos, as agressões e outros crimes, no caso do aborto a regra é que ninguém denuncia ninguém, ninguém descobre ninguém. Essa é a prova de que a lei nada tem a ver com a consciência social.

A realidade traz-nos pelo contrário as provas de uma enorme solidariedade humana e de uma grande compreensão pelos dramas com que se debatem as mulheres. Por exemplo, é frequente que em aldeias, ou em fábricas, as mulheres emprestem umas às outras dinheiro porque «ela tem que ir à parteira». E é ainda mais frequente passarem de mão em mão certos números de telefone de «uma muito segura e com anestesia».

Será que com a votação que hoje se vai fazer os senhores deputados que votam contra vão alterar esta realidade? Vão alterar o que as pessoas pensam sentem e fazem?

Batalharam contra as leis do divórcio, quiseram que o Estado obrigasse as pessoas a manter contra a vontade um casamento destruído ou tornado intolerável pela própria vida, mas perderam essa batalha. Eriçaram-se contra a igualdade da mulher, mas ela está consagrada na lei e garantida na Constituição. Condenaram a protecção legal da mãe solteira e da mulher só, mas foi aprovada legislação (e há-de ser aperfeiçoada). Consideraram imoral e «dis-solvente» a garantia de plena igualdade aos filhos nascidos fora do casamento e nem por isso ela deixou de ser estabelecida. Viram horrendas ameaças à família no facto de a lei conceder protecção a

uniões de facto (que a Constituição considera fonte de relações familiares) e não conseguiram revogar a lei, nem alterar a Constituição.

Protestam agora, com fria insensibilidade, contra a legalização da IVG, contra a despenalização da IVG, contra qualquer solução ou mesmo qualquer expediente que atenuo ou minore a proibição de todas as formas de interrupção de gravidez.

— Perguntam alguns, sinceramente, se a legalização da IVG não poderá contribuir para banalizar e facilitar excessivamente.

A esses importa responder que acreditamos sinceramente que não. Não propomos que a interrupção da gravidez seja praticável em quaisquer circunstâncias, em qualquer sítio, por pessoa com qualquer qualificação. Propomos a legalização da IVG em condições bem delimitadas, como o último recurso, com garantias de reflexão e escolha consciente, de apoio e segurança — tudo no quadro de um vasto conjunto de medidas de protecção da maternidade e de garantia do planeamento familiar e da educação sexual. É uma resposta global, adequada, inteiramente legítima. E como aqui foi demonstrado por brilhantes juristas é a resposta constitucional.

— Há também quem se interroge honestamente se com a legalidade da IVG não se correrá o risco de desproteger demasiadamente os nascituros.

Importa desde logo lembrar que aceite o princípio da legalização, a concreta medida de protecção será modelada por esta Assembleia. Está assim nas mãos dos deputados garantir a protecção mais adequada. Só que, como vem sendo reconhecido por toda a parte e hoje aqui foi lembrado, a melhor forma de proteger não é estatuir em palavras uma proibição que nada evita, ao mesmo tempo que não se adoptam medidas para resolver problemas económicos, sociais e culturais que todos os dias agravam os factores que realmente impedem uma maternidade livre, consciente e feliz. Por isso o PCP apresentou não um mas três projectos.

De nada adiantará que, para aplacar as vossas consciências se refugiem por detrás de disciplinas ou imperativos partidários.

Lá fora, no País, cada mulher, cada casal, que já passou ou passa hoje pelos dramas do aborto clandestino, espera a vossa decisão e não deixará de nos responsabilizar a cada um de nós pelo voto que hoje tivemos.

Hoje, senhores deputados, pode ser o primeiro dia do fim do aborto clandestino em Portugal.

Mas se não o for, a responsabilidade caberá por inteiro àqueles que se levantaram votando pela continuação do flagelo.

# Odete Santos A maior parte dos países aprovou leis que admitem a legalização da IVG

O conjunto dos três projectos do PCP constitui pois a solução adequada para cumprir as obrigações constitucionais.

Há que dar às mulheres as condições necessárias para serem mães, para terem filhos saudáveis, para poderem escolher na família o momento de ter filhos, há que estabelecer a possibilidade de, como último recurso, poder ser interrompida a gravidez e termos encontrado o caminho para combater o aborto clandestino.

E o que se vem passando por todo o mundo. A maior parte da população mundial está hoje abrangida por leis que admitem a legalização da interrupção voluntária da gravidez. A necessidade da evolução foi de tal maneira sentida que entre 1967 e 1978, 44 países modificaram as suas leis sobre o aborto, e destes apenas dois restringiram os motivos que poderiam levar à interrupção da gravidez.

Nuns países como a Áustria, Dinamarca, França, RDA, Suécia, URSS e Jugoslávia adoptou-se o chamado sistema de prazos, permitindo-se a interrupção da gravidez até aos três meses de gestação (Áustria, RDA e Suécia) 12 semanas (Dinamarca e URSS), 2 meses e meio (França), sendo apenas necessário solicitação da mãe e uma consulta médica.

Noutros combinou-se o sistema de prazos com o sistema de indicações, autorizando-se a interrupção da gravidez através de verificação de determinados motivos, desde os terapêuticos, eugénicos, sentimentais, aos económicos. Os defensores da penalização tudo tentaram para obter o retrocesso.

Em vão. Na Alemanha, na Áustria, na França, nos EUA, as instâncias supremas de fiscalização da constitucionalidade rejeitaram os argumentos mais variados que apesar disso ainda hoje aqui, em 1982, se repetem.

A lei federal austríaca, de 1974, sobre comportamentos penais sancionados, estabelece no artigo 97.º a não punibilidade da interrupção da gravidez quando seja praticada por um médico nos primeiros três meses após o início da gravidez, da sequência de uma consulta médica.

O Tribunal Constitucional chamado a decidir sobre alegada inconstitucionalidade da lei refere: «Não existe para o legislador ordinário imperativo constitucional de tutela do embrião com punição da interrupção voluntária da gravidez... uma vez que a vida humana em formação compreende um desenvolvimento que vai do óvulo fecundado, incapaz de uma vida fora do corpo materno em condições naturais, até ao homem capaz de viver fora do corpo materno, estas diferentes fases de desenvolvimento da unidade biológica do feto no corpo materno, não são necessariamente qualquer coisa de igual no sentido do princípio da igualdade fundado na Constituição».

Refira-se também, Senhores Deputados, a decisão do Conselho Constitucional Francês que rejeitou a alegação de inconstitucionalidade da lei de 1975.

E ainda o Supremo Tribunal dos EUA que em 22 de Janeiro de 1973, já lá vão 9 anos Senhores Deputados, reprova a lei criminal do Texas proibitiva da interrupção voluntária da gravidez, excepto se se destinasse a salvar a vida da mãe. Por entender que até as três semanas de gestação a decisão deve ser deixada ao julgamento da mulher grávida após consulta médica.

E quanto ao começo da vida, é o Supremo Tribunal dos EUA que sensatamente afirma: «Não temos que resolver a difícil questão do começo da vida. Quando os especialistas nas respectivas disciplinas de Medicina, Filosofia e Teologia são incapazes de chegar a consenso, a instância judiciária neste momento de desenvolvimento do conhecimento humano não está em posição de especular para responder».

E é também em Fevereiro de 1975, já lá vão mais de 7 anos Senhores Deputados, que o Tribunal Constitucional da RFA decide não poder exigir-se a continuação da gravidez se a interrupção é necessária para salvar a gestante dum perigo para a sua vida, ou de um perigo de grave dano para o seu estado de saúde, reconhecendo ainda ao legislador a liberdade de considerar que não se podem exigir àquele outros sacrifícios excepcionais de análoga gravidade reconhecendo pois ao legislador a liberdade de não punir em tais circunstâncias a interrupção da gravidez (...).

# António Galhordas Preferem que a doença apareça em vez de a evitar

Tem sido aqui acentuado repetidas vezes o flagelo que constitui o aborto clandestino no nosso país, o seu número impressionante e o corleio da tragédias e misérias que o acompanham.

Como médico, com vinte e quatro anos seguidos de trabalho no Banco de S. José, vi e tratei dezenas, centenas de complicações pós-aborto, todas dramáticas, muitas mortais.

O quadro de septicémia pós-aborto, normalmente em raparigas ou mulheres muito novas, cria por vezes situações inesquecíveis, como a de uma rapariga que recordo, que apresentava uma gravissima trombose séptica da veia cava inferior, e que morreu à nossa vista perante o nosso desespero e a nossa impotência, transformada num monstro pelo edema súbito e enorme dos membros inferiores. Não pretende comover este plenário com as visões dramáticas que a nossa condição de médicos nos põe sob os olhos, mas é com profunda indignação que denuncio o farsaísmo dos que têm como única resposta a pena, e a fogueira redentora.

Pois então senhores juizes, senhor ministro da Justiça, sede coerentes, façam cumprir a lei! Porque fecham os olhos?

A entrada do Banco de S. José existe um posto de policia que regista todas as situações de quedas, de doença provocada ou violenta susceptível de constituir um delito.

Nos processos hospitalares, nos diagnósticos de entrada no Banco é colocada a complicação do aborto provocado, a hemorragia, a septicémia, a perfuração uterina ou de outras visceras.

Mas a policia, os tribunais, a sociedade, parte desta Assembleia, desconhecem-as por cobardia. Chama-lhes crime mas não os julga, falta-lhes a dignidade e a coragem de assumir uma atitude coerente e preferem fechar os olhos e os ouvidos.

# Manuel Matos Educação sexual é coisa que não existe!

É que, no sistema de ensino português, neste ano de 1982, a Educação Sexual não existe. Há um vazio nos programas. Nos programas do ensino primário, nem sequer uma tímida sugestão nesse sentido. Tudo o que conseguimos encontrar à volta do «Corpo Humano» é expressa nos seguintes tópicos:

«Corpo Humano»: identificar as partes do corpo humano (cabeça, tronco e membros) e «relacionar funções vitais com órgãos do corpo humano» (digestiva, respiratória, circulatória, excretora).

E é tudo. Como podemos observar, para a perspectiva que, em 1980, alguns responsáveis da "AD" tinham no sector da Educação, o corpo humano digere, respira, tem coração e pulmões, excreta inclusivamente, mas continua a vir de Paris ou de burro de moleiro, como se diz em certos meios rurais.

Importaria aqui recordar a esses bucolicos responsáveis que, ao «fazerem de conta» que a função de reprodução não existe, só

contribuem para agravar a visão deformada que se tenha: — a ausência de uma Educação Sexual correcta não faz desaparecer o problema; reforça a tendência para o adulterar, com toda a carga de interditos que tal atitude de fuga sugere.

Mas, o que é mais doloroso e o que torna moral e politicamente insuportável a atitude desses responsáveis é saber-se que a Educação Sexual já tinha dado os primeiros passos na escola primária com os programas chamados «cor-de-laranja», introduzidos em 1975.

E em termos tão simples e tão naturais foram dados esses passos, que choca pensar como houve entre nós, no Portugal de 80, hipocrisia ou deformação ou tacanhês bastantes para os apagar.

Não resisto à tentação de vos apresentar, sr. Presidente e srs. Deputados, «ipsis verbis» — os termos em que o tratamento era sugerido nos programas do ensino primário em 1975, para a 2.ª fase:

«Crescimento e Desenvolvimento: evolução genérica do crescimento do Homem (períodos intra-uterino, recém-nascido, criança, adolescente, adulto e velho).

«Sugestões de actividades: — conversar sobre a reprodução humana; — identificar os caracteres sexuais primários; — identificar pela observação de pessoas, de fotografias, de ilustrações, várias fases do desenvolvimento do Homem.

• período intra-uterino  
• recém-nascido  
• criança e adolescente  
• adulto e velho

«Conversar sobre as idades em que o homem necessita de cuidados especiais (focar, em especial, a infância e a velhice».

Pois bem, de uma pena, a insensibilidade e a incompetência riscaram, sem pestanejar, todo este campo de sugestões onde o encantamento e a poesia eram possíveis ao serviço da nossa origem e da nossa caminhada.

Este retrocesso é tanto mais incompreensível quanto é certo que a realidade sociológica da nossa juventude se move exactamente ao contrário, a maior parte das vezes desacompanhada de meios mínimos de defesa.

A opinião pública portuguesa, e particularmente os pais, reflectem as preocupações de uma juventude a quem se nega os apoios mais elementares de defesa e orientação, mas a quem depois se não hesita em assacar toda a responsabilidade. De facto, segundo sondagens recentes (Junho de 1982), a maioria dos portugueses deseja Educação Sexual nas escolas. É que «a posição de avestruz» tem resultados demasiado graves para que possa manter-se por mais tempo.

Talvez, a este propósito, não seja irrelevante referir-se que o único grupo etário onde a taxa de fecundidade aumenta é a adolescência e que a percentagem de mães solteiras, nessa faixa etária, atingia em 1978 os 29,3%.

(...)

**Trabalhadores**



Sem prejuízo de novas abordagens com mais espaço e vagar, damos a seguir uma primeira resenha em que abordaremos por ordem alfabética temas, análises, orgânica e decisões relativas a uma grande reunião sindical, a primeira deste género realizada pela União dos Sindicatos de Lisboa, que no último fim-de-semana levou a Sacavém 600 delegados para participarem no

# I Congresso da União

**AD** - O afastamento da 'AD' de "toda a área do poder" foi um dos apelos do Congresso. Devem ser travados os objectivos da 'AD'.

**Armas** - A plataforma reivindicativa manifesta-se contra a instalação, armazenamento ou trânsito de armas nucleares no nosso País.

**Autarquias** - O poder local teve lugar relevante no I Congresso. Notou-se o reforço da ligação do movimento sindical unitário com os órgãos do poder local.

**Comunicação social** - Uma moção aclamada reclama a continuação da ANOP e condena, entre outras, a "prática fascizante e censória que está sendo suscitada nos meios de comunicação social".

**Congresso** - É o primeiro depois da eleição do secretariado anterior na I Conferência da USL em Junho de 1980. Além da eleição dos novos dirigentes, o Congresso aprovou os estatutos da União, o relatório, o programa de acção, uma plataforma reivindicativa e várias moções.

**Contratação** - Foi exigido o desbloqueamento de convenções colectivas, a actualização dos salários mínimos e a contenção dos preços. Ao mesmo tempo preconizou-se o reforço da luta contra qualquer tecto salarial e

contra legislação de trabalho proposta pelo Governo e pela 'AD'.

**Constituição** - Foi reafirmada a inconstitucionalidade das taxas moderadoras na Saúde e denunciadas todas as violações da actual Constituição por parte da 'AD'.

**Despedimentos** - Foram citados milhares de despedimentos concretizados por este Governo e outros milhares de postos de trabalho sob a ameaça da 'AD'. É necessário o reforço da luta contra os despedimentos e contra a proliferação dos contratos a prazo.

**Governo** - Requer-se a demissão do Governo designadamente por seguir uma "política cada vez mais repressiva contra os trabalhadores e o regime democrático".

**Horário de trabalho** - Nomeadamente a redução para 40 horas semanais.

**INATEL** - O movimento sindical unitário deve participar no INATEL de gerência do INATEL.

**Juventude** - Que os direitos dos jovens sejam assegurados, entre outros os que dizem respeito ao trabalho, ensino, formação profissional e habitação.

**Inspeção e tribunais do trabalho** - Pelo melhor

e mais rápido funcionamento destas instituições.

**Juízes Sociais** - Pelo aumento das suas competências.

**Luta** - "Manter a luta, intensificá-la, diversificá-la até atingirmos os nossos objectivos justos e as reivindicações sectoriais aprovadas".

**Moções** - Oito moções aprovadas acerca de assuntos nacionais e internacionais.

**Movimento sindical** - Deve participar na reestruturação das instituições da Segurança Social, na aplicação do Serviço Nacional de Saúde.

**Orçamento Geral do Estado** - Defende-se a atribuição de verbas à educação, à construção e reparação de edifícios escolares, o combate ao analfabetismo, o aumento da rede de educação infantil.

**Plataforma** - A plataforma reivindicativa, aprovada sem votos contra e cinco abstenções é de aplicação imediata e contém, em síntese o que temos vindo a referir.

**Reforma Agrária** - Protesta-se designadamente "contra o novo surto de entregas ilegais e arbitrarias" em prejuízo dos trabalhadores.

**Repressão** - Nas empresas e nas ruas - referência especial aos acontecimentos

do 1.º de Maio no Porto. Referida a luta dos trabalhadores e a solidariedade para com os companheiros atingidos.

**RTP** - A USL exige a demissão do conselho de gerência da RTP e o imediato afastamento do seu presidente.

**Saúde** - O programa de acção aborda a questão do Serviço Nacional de Saúde e, concretamente, aspectos relacionados com o trabalho, a segurança e a higiene nas empresas e outros locais de trabalho.

**Sector empresarial do Estado** - Exigido o termo urgente dos ataques a este sector constitucional da economia.

**Sindicatos** - 55 presentes no Congresso Sublinhado o esforço necessário para aumentar a sindicalização, alargar a rede de delegados sindicais, criar comissões e secções sindicais. Estas em todas as empresas com mais de mil trabalhadores.

**Solidariedade** - Presença de delegações estrangeiras, designadamente de Espanha, França, Itália, União Soviética, Bélgica e Hungria. Mensagens e saudações. Entre elas a da Comissão pró-sindical da PSP.

**Unidade** - Fortalecimento nítido das posições unitárias e democráticas dentro da USL e do movimento sindical.

# Contra «velha política» aumentos condignos para os TFP

Circula entre os trabalhadores da Função Pública, com uma manifestação marcada para 17 do corrente entre o Marquês e a sede do Conselho de Ministros, um abaixo-assinado que repudia a «velha política» de transformar os TFP em «pagadores da desastrosa política do Governo».



A manifestação, que se prevê participada, segue-se a diligências de vária ordem, designadamente junto do Ministério da Justiça e da Reforma Administrativa, bem como dos secretários de Estado desta última pasta e do Orçamento, para que tenha expressão prática o reconhecimento por parte do ministro da perda de poder de compra dos TFP em 1982.

Após reuniões, cuja simples realização significa uma vitória sindical dos TFP, com membros de um Governo desafecto a repor seja o que for alheio ao poder da «privada», o aumento global dos salários passou dos 14 para os 16 por cento - percentagem que naturalmente os trabalhadores consideram mais

que insuficiente em relação ao aumento do custo de vida.

A Comissão Negociadora Sindical, que representa cerca de 380 mil trabalhadores da administração regional, central e local, tenta aproximar os aumentos para 1983 das percentagens já conhecidas e previstas para roerem os aumentos salariais no ano que vem.

Além dos salários que no ano de 1982 foram aumentados apenas 11 por cento, os TFP reivindicam o aumento das diuturnidades (de 870 para 1200 escudos) e do subsídio de refeição, que deve passar pelo menos para 110 escudos.

Soubese entretanto que a verba destinada à Função Pública no Orçamento Geral do Estado chega para atender às

principais reivindicações da Comissão Negociadora Sindical e da Frente Comum dos Sindicatos do sector. Vinte e dois milhões de contos foi número que já veio a público acerca dessa verba do OGE.

É de notar também que compromissos anteriormente assumidos pelo Ministério da Justiça e Reforma Administrativa, e exactamente pelo actual detentor dessa pasta, não foram cumpridos pelo Governo «AD», designadamente a actualização do subsídio de refeição em Junho de 1982.

Uma tentativa de «ganhar tempo» não pode resolver a si-

tução. Pode é deteriorar ainda mais um clima já pouco propício à aceitação de ditames da parte de um Governo que pretende impor um tecto salarial inaceitável e leis de trabalho que legalizem a repressão.

A Frente Comum, de que faz parte como se sabe o movimento sindical dos professores, marcou a manifestação de ontem para o final da semana de sensibilização dos trabalhadores e da opinião pública para os esforços e as necessidades vitais dos TFP que estão na primeira linha das reivindicações de todos os trabalha-

# Taxas moderadoras Nova imposição

"Este Governo nem sequer respeita a Constituição que aprovou". Justifica-se "plenamente o urgente afastamento da 'AD' da área do poder", realinha a CGTP-IN num comunicado de 11 do corrente acerca da nova imposição da taxa de 25 escudos sobre os medicamentos considerada anticonstitucional pelo Conselho da Revolução.

No dia seguinte ao conhecimento público dessa decisão do CR o Governo fez publicar nova Portaria com as mesmas normas já declaradas inconstitucionais e que realmente o são, acrescenta a CGTP-IN, que procurará obter junto dos órgãos competentes a nova declaração de inconstitucionalidade e a anulação definitiva da taxa de 25 escudos e dos restantes encargos chamados

"moderadores" pelo ministro da Saúde.

"Abusiva e escandalosa" é como a Central considera a forma adoptada pelo Governo para reimpôr os seus impostos sobre a saúde de quem menos pode pagá-la.

Por outro lado, a atitude 'AD' neste caso denota, juntamente como seu ministro Barbosa, a intenção de sistematizar esse tipo de atitudes de desrespeito pelas leis e pelas decisões legais como é a resolução do CR ilegalizando o diploma das taxas moderadoras.

Por último, a CGTP-IN caracteriza a atitude do Governo como "provocatória" e de "confronto com outros órgãos de soberania" nesta questão que interessa fundamentalmente às classes trabalhadoras e à população mais carecida em Portugal.



Contra as taxas «AD» no Porto

# Informação sindical

● **USS:** "Onde nos tem lavado a 'AD'." - Com o título em epígrafe a União dos Sindicatos de Santarém recorda as "consequências da política deste Governo.

Nomeadamente: mais 12 milhões de contos de défice da balança comercial, nos primeiros três meses deste ano, do que em igual período do ano anterior; mais 950 milhões de contos de dívida externa; mais de 25 por cento no aumento do curso de vida, relativamente

ao primeiro semestre de 1981; encarecimento e limitações do crédito bancário e consequentemente mais falências e menos desenvolvimento económico; mais desemprego, que "atinge quase meio milhão de pessoas"; menos habitação; pensões mais baixas; cuidados médicos mais caros e piores; mais repressão nas empresas; mais intoxicação da opinião pública.

E em Santarém: 8 cooperativas e UCPS já completamente destruídas; as entregues a "latifundiários, ou falsos rendeiros" só produzem mató; dantes produziam pão, agora "há já famílias inteiras com fome, pois não têm de onde lhes venha o sustento" refere entre outros factos a União dos Sindicatos de Santarém.

● **Boicote da contratação colectiva no sector agrícola** - A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul acusa o Ministério do Trabalho do Governo "AD" de boicotar a saída das portarias de extensão do sector, "sem o mínimo de respeito pela lei da contratação colectiva, nem pela realidade em cada caso concreto". Citando factos e datas a Federação refere-se a todas as regiões do País e reivindica nomeadamente a actualização do salário mínimo nacional, subsídios e pensões. A Federação prevê a adopção de formas de luta após plénarios que se propõe realizar com o apoio de outras organizações representativas dentro dos quadros constitucionais.

● **Movimentação na banca e nos seguros** - Os últimos dois meses têm sido férteis em esforços das organizações representativas dos trabalhadores da banca e dos seguros. Um trabalho de base e uma actividade persistente em termos de unidade, designada-

positos; Banco Pinto & Sotto Mayor; Banco Português do Atlântico; União dos Bancos Portugueses; Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa têm emitido comunicados e boletins periódicos, com relevo para a "Centelha" da Fidelidade que continua a exercer, na medida em que lhe compete, o

# Nacionalizações Encontro nos transportes

O dia 27 do corrente, um sábado, foi a data escolhida para a realização do II Encontro das Organizações Representativas (ORTs) dos Trabalhadores das empresas nacionalizadas e participadas do sector dos transportes.

O local do Encontro é o auditório do Sindicato do Comércio e Serviços, na Rua Almirante Barros, 3, em Lisboa. Será analisada a situação do sector, designadamente a ofensiva do Governo contra estas empresas, informa a Comissão Coordenadora desta segunda edição do Encontro, que se realizou pela primeira vez em Abril do ano passado.

mente no que respeita às comissões coordenadoras das comissões de trabalhadores, conduziram à eleição de 10 delegados da banca ao I Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa. Entretanto, as células do PCP na Fidelidade, Grupo Segurador; Companhia de Seguros Bonança; Mundial Confiança; Caixa Geral de De-

**Maternidade Placamento Familiar e Aborto**

vasta e profunda reflexão colectiva de médicos, psicólogos, juristas, pedagogos, sindicalistas, deputados e dirigentes políticos

AVERDADE CONTRA A HIPOCRISIA

edições Avante!

# Lutas

● **Milhares de trabalhadores no Rossio** - Na concentração-plenário que reuniu dia 10, milhares de trabalhadores de sete empresas da margem sul, na grande praça de Lisboa, foi novamente exigida a demissão do Governo.

Depois de rodear a praça e se concentrar no centro a manifestação que obrigou à interrupção do trânsito atraiu muita gente interessada e solidária com as lutas que se desenvolvem nas empresas ali representadas, designadamente, a Lisnave, Setenave, Sociedade de Reparação de Navios, Quimigal, Companhia Portuguesa de Pescas, Parry & Son e Siderurgia Nacional.

Predominando o sector da indústria naval, metalomecânica pesada e indústria do aço foi acentuada a questão Mello/AD que toma foros de escândalo principalmente devido

à tentativa de ligar novamente aos máximos poderes de decisão e nomeadamente à Banca e ao Governo o grande capital privado.

O Governo, ao congelar o projecto do Plano Siderúrgico Nacional, deitou "20 milhões para o lixo". Essa verba foi gasta na Siderurgia Nacional a pensar na concretização do PSN.

Prejuízos, problemas e dificuldades dessa e de outra ordem atingem também as restantes empresas representadas pelos seus trabalhadores no Rossio. A eles nos temos referido regularmente aqui no «Avante!». As ameaças muito concretas de redução dos postos de trabalho afligem particularmente os operários e os trabalhadores em geral. A segurança do emprego e a recusa dos despedimentos estão entre

os motivos mais prementes da luta dos trabalhadores.

● **RN: mais uma privatização?** - O Centro de Actividades Comerciais da Rodoviária Nacional, empresa pública como se sabe, está a ser alvo das «exigências da Renault Portuguesa», que pretende uma «empresa juridicamente distinta» da RN, tal como o Governo "AD", para a sua concessão de venda de viaturas e acessórios daquela marca.

A Comissão Central de Trabalhadores da RN, de que acabamos de citar um comunicado sobre o assunto, depois de recordar que a Renault é uma empresa de capitais estrangeiros, considera a atitude da firma francesa uma «inadmissível ingerência política nos assuntos internos do nosso país».

A CCT da RN anuncia uma série de plénarios nos locais

de trabalho, um protesto junto da embaixada francesa e audiências aos órgãos de soberania para anular a tentativa anticonstitucional da Renault e do Governo «AD».

● **Cometina: a administração não cumpre decisão do tribunal** - Depois de recordar factos conhecidos sobre o não acatamento da sentença que considerou «nulo e de nenhum efeito» o despedimento repressivo do delegado sindical Nascimento, as Organizações Representativas (ORTs) da Cometina acusam a administração daquela empresa do sector público de se propor gastar dinheiro escusadamente com o recurso que interpôs em tribunal. «Para negociar o caderno reivindicativo não há dinheiro, mas para atirá-lo fora já há», afirmam as Organizações dos trabalhadores.



Em defesa das nacionalizações e dos postos de trabalho, milhares de trabalhadores concentraram-se no Rossio



A privada quer mais uma fatia da RN. A Renault ajuda?

## Internacional

# Brasileiros votam pela mudança do regime

Os brasileiros foram às urnas na passada segunda-feira, nas primeiras eleições gerais realizadas nos últimos dez anos. Um acontecimento de máxima importância para o futuro do país, um plebiscito em que um eleitorado de mais de 58 milhões de eleitores julga, nas condições de «abertura» conquistada na luta de muitos anos, a ruína da gestão dos militares e da oligarquia financeira do Brasil. Os resultados definitivos ainda não são conhecidos, mas os dados parciais de que já se dispõe apontam de modo geral para a confirmação das sondagens efectuadas até às vésperas do acto eleitoral: uma vitória inequívoca do principal partido da oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos estados mais importantes do ponto de vista económico, político e demográfico. O partido governamental, o PDS, deverá em contrapartida ganhar nos chamados estados pobres, do interior.

A aparente contradição destes resultados — que o partido do governo ganhe exactamente onde as populações vivem em piores condições e as forças democráticas ganhem nos principais centros urbanos — explica-se com facilidade. As expectativas criadas pelo chamado «milagre económico» brasileiro e a posterior desilusão com a falência da política económica do sistema, fizeram-se sentir com todo o seu impacto justamente nos estados de maior concentração populacional e de desenvolvimento industrial. As falências dos últimos anos atingiram níveis elevadíssimos, o desemprego subiu em flecha, as condições de vida da classe operária e da pequena e média burguesia degradaram-se como nunca. Por outro lado, é nos grandes centros que as formações poli-

ticas mais facilmente conseguem divulgar as suas propostas de alteração do regime, conhecidos como são os condicionantes impostos pelo governo do general Baptista Figueiredo à propaganda eleitoral.

No interior, nos estados pobres, não só praticamente não chegou a haver desilusões com o regime — uma vez que também não se pode falar de grandes ilusões — como ainda continuam a verificar-se ali as condições de caciquismo típicas dos centros pouco desenvolvidos. E a essas zonas chega apenas praticamente a propaganda governamental, a única com acesso aos grandes meios de informação.

Assim, é mesmo que o PDS de Figueiredo venha a ganhar num maior número de estados, a sua derrota em centros tão importantes como São Paulo,

Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, só para citar alguns, tem um significado inequívoco: a condenação pela maioria do eleitorado de uma política que colocou o Brasil na sua mais séria crise económica, com uma dívida externa já superior a 80 bilhões de dólares, uma inflação galopante, um nível de desemprego impressionante. Uma política que criou no Brasil uma situação de recessão que só poderá ser ultrapassada com outra política, com outro regime.

Esta previsível derrota do partido governamental é tanto mais significativa quando tudo foi feito para garantir a sua vitória. A lei eleitoral imposta deixava à oposição apenas o recurso à propaganda de rua, enquanto os candidatos do governo tinham à sua disposição todos os grandes meios de informação; os eleitores, obrigados a votar por lei, foram igualmente obrigados a votar para todos os cargos em disputa nos candidatos da mesma formação política. A legalização dos partidos não contemplou os comunistas e visou sobretudo pulverizar a oposição, num esquema que apenas favorecia o partido governamental.

A unidade conseguida pelo PMDB, abrangendo um vasto leque de formações políticas, entre as quais o Partido Comunista Brasileiro, abalou apesar de tudo o esquema de «abertura» montado para, dando a ideia de mudança, deixar tudo na mesma.

Que muito terá de mudar no Brasil depois destas eleições é já uma realidade. Com elas deu-se um passo significativo na luta por uma solução democrática para a crise brasileira. Uma solução que, como defende o PMDB, passa por reformas importantes nos principais sectores da economia, pela implementação de uma política de desenvolvimento dos sectores da habitação, das obras públicas, da indústria, da agricultura, de modo a permitir a criação de novos empregos, a defender a pequena e média empresa dos sectores secundários, a acabar com a especulação financeira, a fazer recair sobre os que mais podem pagar o preço das medidas para a saída da crise.

Não será uma tarefa fácil a que agora se abre às forças democráticas, como não o foi antes o caminho percorrido até à conquista da «abertura» do regime.

A par com os sérios problemas económicos, têm de haver-se a nível interno com a existência de uma extrema-direita que embora isolada continua intacta, com umas forças armadas que muitos pensam avessas a largar o Poder. E a nível externo, com o olhar atento dos Estados Unidos, pouco interessados em perder mais campo de manobra. O anúncio da visita de Reagan ao Brasil no próximo dia 30 é significativo.

Estas eleições vêm pôr em causa o regime brasileiro.

# Armas e planos secretos contra Angola e a Namíbia

«A República Popular de Angola nunca conheceu um momento de paz desde a sua independência» — afirma-se na Declaração Final da Cimeira da Praia, que reuniu, em fins de Setembro, os chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique. Nas comemorações do VII aniversário da independência, o presidente da República Popular de Angola destacou que o país investe mais de dez bilhões de dólares para garantir a soberania nacional. Afirmações que reflectem a gravidade da situação na África meridional.

Tropas sul-africanas continuam a ocupar uma faixa do território angolano.

Não há muito, um ataque maciço de soldados sul-africanos contra objectivos localizados a 200 km dentro do território angolano, provocou mais 130 mortos, a somar às outras centenas de mortos vítimas da guerra não-declarada contra o povo angolano.

Nestes últimos dias a aviação sul-africana voltou a bombardear a região de Cahama, na província do Cunene, onde se encontra o posto mais avançado das FAPLA, frente à zona ocupada pelas tropas sul-africanas. Quase simultaneamente tropas da África do Sul tentaram destruir duas pontes na província de Namibe, só o conseguindo parcialmente. Se tivessem chegado a concretizar os seus objectivos, os cerca de mil passageiros do comboio que pouco depois deveria atravessar uma dessas pontes, teriam ido somar-se às muitas outras vítimas dos ataques dos racistas.

E isto faz parte do quotidiano.

Do outro lado da fronteira, as mesmas tropas do regime de «apartheid» intensificam as acções de assassínio dos namibianos. Assaltam as aldeias. Torturam. Queimam casas e culturas.

## Qual o objectivo?

Num memorando da SWAPO à cimeira franco-africana realizada em Kinshasa no princípio de Outubro, destaca-se que o objectivo dos crimes cometidos contra o povo na-

mbiano é forçá-lo «a aceitar a imposição de Pretória de um governo fantoche».

Também Sam Nujoma, presidente da Organização de Libertação do Povo da Namíbia (SWAPO), denunciou recentemente em Luanda a existência de um plano secreto, elaborado pelos governos da África do Sul e dos Estados Unidos, visando a formação de um «governo de união nacional» na Namíbia — a «solução interna» (talvez com traços semelhantes à «independência» promovida por Smith na velha Rodésia), baseada em grupos fantoches e traidores.

Por isso a clara sabotagem, por parte da África do Sul, mas não só, de todas as conversações no sentido de uma solução política baseada na resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, que os países da Linha da Frente têm adoptado como base de partida para quaisquer negociações.

A resolução 435 do Conselho de Segurança preconiza: eleições directas e livres para a Assembleia Constituinte, um período de sete meses de transição sob vigilância de uma força de paz da ONU, um cessar fogo e a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre Angola e a Namíbia.

Claro que este plano para a independência da Namíbia, não serve para o governo da África do Sul.

E porquê? O jornal liberal sul-africano «Rand Daily Mail», num artigo publicado em Abril, dizia: «face a todos os acontecimentos do passado, não há a menor dú-

vida de que uma eleição sob supervisão internacional na Namíbia, levará a uma vitória da SWAPO».

Não é difícil admitir que os governos dos EUA e da África do Sul partilhem esta — justificada — visão dos factos. Uma perspectiva que o imperialismo, como o regime racista, querem a todo o custo evitar.

## Responsabilidades e apoios

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a concessão à África do Sul de créditos no montante de mais de um bilião de dólares. Isto enquanto, segundo dados da ONU, a África do Sul detinha aproximadamente 850 milhões de dólares por ano para cobrir as despesas militares com a Namíbia. O que quer dizer, de facto, que os créditos do FMI servirão para financiar a guerra de agressão que a África do Sul conduz no continente; a organização e armamento de grupos fantoches; a repressão contra o povo da Namíbia.

Um outro facto a assinalar — na primeira semana de Outubro William Casey, director da CIA, esteve na África do Sul, onde conferenciou com dirigentes do governo de Pretória. São factos muito recentes que nem sequer constituem novidade. Mas são um indicio — quotidiano — dessa íntima ligação entre o regime de Pretória e o imperialismo. Uma reafirmação, prática, de que é graças ao multiforme apoio da Casa Branca e do Pentágono que o regime de apartheid — o maior obstáculo à instauração da paz no sul do continente, o foco fundamental de tensão instalado nesta zona — sobrevive, actua impunemente, e desenvolve até armamento nuclear.

Neste contexto, a visita de George Bush, vice-presidente dos Estados Unidos, a Cabo Verde, Senegal, Nigéria, Zâmbia, Zimbábwe, Quênia e Zaire, formalmente para ouvir a opi-

nião de dirigentes africanos sobre a política externa de Reagan, dificilmente poderá ser considerada uma missão de paz.

## Também Portugal

No comunicado saído da Cimeira da Praia, os cinco dirigentes de países africanos de expressão portuguesa declararam-se particularmente preocupados com «o facto de que certos países com os seus Estados mantêm relações normais de amizade permitem que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas. Consideram que a tolerância perante estas acções que se traduzem em destruição de vidas e bens torna-se, na prática, numa cumplicidade para com os agressores dos nossos povos e reflecte uma atitude inamistosa para com os nossos governos».

Ninguém duvidou que estas palavras se referiam também a Portugal.

Se acrescentarmos a isto que foi a embaixada portuguesa na Praia a que mais «brilhou» pela ausência total nos dois dias de conferência. Se acrescentarmos a isto o apoio — até a nível de propaganda — aos grupos contra-revolucionários de Angola e Moçambique, apoio não só da direita portuguesa em geral mas mesmo de membros do governo em particular. Se lhe acrescentarmos ainda esta espécie de corropção de ministros, personalidades e agora empresários da África do Sul a Lisboa. Então não nos podem restar dúvidas que os saudosistas, aqui em Portugal, do passado colonialista, os saudosistas do fascismo — são um dos apoios à guerra de agressão, à continuidade do regime de «apartheid», a esse perigoso foco de tensão da África do Sul. Que as linhas da provocação contra os povos da África meridional passam também por Lisboa.

# Leonid Ilitch Brejnev

## Uma vida dedicada à construção do socialismo e à defesa da Paz

Passando os olhos sobre quanto se escreveu nas páginas dos jornais de todo o mundo — mesmo de quantos definem com clareza a sua hostilidade — acerca do dirigente comunista que na segunda-feira foi sepultado junto às muralhas do Kremlin, um facto se sublinha a si próprio: para dizer quem foi Leonid Ilitch Brejnev foi indispensável dizer o que fez Leonid Ilitch Brejnev. E esta necessidade não transparece tanto como necessária à exposição, ao revelar de uma obra deixada, mas essencialmente à compreensão, através das etapas de uma vida dedicada ao trabalho e à luta, do que foi a vida de um dirigente operário a quem couberam responsabilidades maiores na pátria da Revolução de Outubro.

Passando os olhos sobre o caminho iniciado em 1906 numa vila operária do que era então ainda a Rússia dos czares, três realidades adquiriram um particular significado.

Em primeiro lugar, o dirigente comunista que atingiu os mais altos cargos no PCUS e no Estado soviético foi um exemplo vivo de uma política de classe. Leonid Brejnev nasceu filho de operários, conheceu a vida e a luta nas bancas da fábrica; no quotidiano do trabalho.

Depois, verifica-se que as responsabilidades políticas que sucessivamente lhe foram atribuídas marcham a par e passo com esse mesmo trabalho. Contra a imagem tão cara à propaganda anticomunista e anti-soviética do dirigente partidário «burocrata», do político «manobrador e habilidoso», os factos fazem erguer a realidade do trabalho político no primeiro país onde a classe operária tomou o poder. Um trabalho político virado para a construção, para a edificação de um país sem exploradores nem explorados, para o desenvolvimento e para o progresso. E, paralelamente com as tarefas económicas, a presença nos

órgãos do Estado soviético, a constante ligação entre o trabalho e a economia, entre a economia e a política, entre a política e o povo. Um exemplo entre tantos outros do dirigente forjado pelo Partido da classe operária, bem longe do tecnocrata da economia afastado do povo e da sua vontade, tanto quanto diferente do político burguês afastado das realidades concretas e dos problemas essenciais da sociedade.

Finalmente, percorrer os passos desta vida é quase acompanhar as grandes etapas, os passos essenciais da construção do socialismo na União Soviética.

Alí temos o jovem operário que, com 20 anos, troca a fábrica pelo trabalho agrícola e pela transformação da realidade dos campos. E sabe-se que isso se passa no início dos anos 20, exactamente quando a jovem república soviética tem de dar prioridade à agricultura para debelar a fome imposta pelas devastações da guerra civil apoiada pelo imperialismo e pelo boicote de uma política de capitalismo que sonhava esmagar à nascença a construção de um mundo novo.

No início dos anos 30, esse jovem operário transformado em técnico agrícola, regressa à indústria e ao estudo. Vai completar um curso de engenheiro — de geradores. A vitória sobre a fome e o cerco permitia ao Estado socialista avançar na industrialização e no desenvolvimento, concretizar o projecto de Lênine para as bases materiais do socialismo, os sovietes e electricidade da transformação do atraso secular.

Perante a ameaça nazi e a cumplicidade do capitalismo europeu, a URSS prepara a defesa das vitórias do seu povo. Defesa que se travou no campo militar, mas que se travou também na frente económica, no esforço ímpar de produção do povo soviético sobre quem recaiu — aliviada de outras frentes por cumplicidades



Na primeira linha da luta pela Paz

e traições — a agressão da máquina de guerra hitleriana. Leonid Brejnev toma o seu lugar nos campos de batalha, mas antes contribuiu para a epopeia da transferência de fábricas inteiras para longe da devastação da guerra permitindo o esforço que dotou o Exército Vermelho dos meios para chegar a Berlim.

Terminada a guerra, as tarefas de reconstrução. E é aí, no erguer das fábricas e barragens arrasadas, que iremos encontrar o campo de trabalho do operário que terminara a guerra com o posto de general.

Quando, nos anos 50, o povo soviético se lança na epopeia do desbravar das terras virgens, do desenvolver das estepes abandonadas e desérticas do Casquistão e da Sibéria, Leonid Brejnev está no Casquistão que se viria a transformar no celeiro da URSS, que viria a acolher o centro espacial de Baikonur onde um futuro até então só sonhado começava a ser presente.

Esse futuro que se abriu com o bip bip do Supnik ouvido em 1957 por um mundo atónico correspondia a um esforço do primeiro Estado de operários e camponeses, ao trabalho do povo soviético, dos

seus cientistas, dos seus técnicos. E à acção determinada do Partido: entre os dirigentes desse esforço, de novo se encontrará Leonid Brejnev.

E quando as tarefas da defesa da Paz no mundo e da solidariedade com a luta de libertação dos povos colocaram ao Estado soviético e à comunidade socialista novas tarefas, o mundo viu o operário metalúrgico então eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética a pôr em nome do seu povo a assinatura na Acta Final dos Acordos de Helsínquia, viu-o na primeira linha da solidariedade internacionalista, nos constantes esforços em defesa da Paz e da liberdade dos povos.

Esse dirigente operário cimentara na produção a sua experiência política; conhecera na guerra a necessidade da Paz; construiu no presente a sua certeza do futuro.

Ao chorar o dirigente desaparecido, o povo soviético — e com ele todos os povos do mundo — está certo de uma realidade poderosa: com o trabalho de revolucionários como Leonid Brejnev estão mais poderosas as tarefas e vitórias que forjam revolucionários como Leonid Ilitch Brejnev.

- 1906 — Leonid Ilitch Brejnev nasceu na vila operária de Kamenskoie (actual cidade de Dnieprodzerjinsk), onde seu pai trabalhava como operário metalúrgico desde 1900. Sua família, de origem camponesa e nacionalidade russa, tinha sido obrigada a abandonar a aldeia natal de Brejnevo (região de Kursk) em busca de trabalho nos novos centros industriais do Sul.
- 1915 — Aos 9 anos é admitido por concurso na classe preparatória do Liceu masculino de Kamenskoie juntamente com outros seis filhos de operários.
- 1921 — Para auxiliar a família, concluiu a escola começa a trabalhar como fogueiro, aos 15 anos, na mesma fábrica metalúrgica onde trabalhava seu pai.
- 1922 — Em consequência da seca na Ucrânia e das devastações causadas pela Guerra Civil, a fábrica encerra e a família regressa à sua terra natal. Leonid Brejnev, já então serralheiro, dedica-se ao trabalho nos campos.
- 1923 — Concorre à Escola de Regentes Agrícolas de Kursk, onde obtém uma bolsa de estudos.
- 1924 — Aderiu ao Komsomol e participa nas campanhas de alfabetização e de esclarecimento e politização dos trabalhadores rurais.
- 1927 — Conclui o curso da Escola de Regentes Agrícolas e, durante quatro anos trabalha, na sua nova especialidade, sucessivamente na região de Kursk, na Bielorússia e nos Urais.
- 1929 — É eleito deputado ao Soviete de Trabalhadores do distrito de Bisset (Urais).
- 1930 — É nomeado chefe do Departamento Agrícola do distrito de Bisset e eleito vice-presidente do Comité Executivo do Soviete de Trabalhadores do mesmo distrito.
- 1931 — No início do ano é nomeado vice-chefe da Direcção da Circunscrição Agrícola dos Urais, com sede na cidade de Sverdlovsk. Em meados desse ano, regressa à sua fábrica de origem, trabalhando como operário durante o dia; à noite, estuda engenharia no Instituto Metalúrgico de Dnieprodzerjinsk. Em Outubro é admitido como militante do PCUS.
- 1933 — É nomeado dirigente da Faculdade Operária, apesar de estar então apenas no 3.º ano de engenharia e, posteriormente, director da Escola Técnica Metalúrgica de Dnieprodzerjinsk.
- 1935 — Em Janeiro conclui o curso e obtém o diploma de engenheiro de termogeradores, especialidade em que passa a trabalhar na sua fábrica, dirigindo o respectivo departamento. No final do ano, é convocado para o serviço militar que cumpre na Academia de Blindados de Zabaikalie onde, após o respectivo curso, comanda um pelotão de blindados e, mais tarde, dirige politicamente uma companhia de tanques.
- 1937 — Terminado o serviço militar, regressa a Dnieprodzerjinsk onde é eleito vice-presidente do Comité Executivo do Soviete da cidade.
- 1939 — É eleito secretário de propaganda do Comité Regional da Dniepropetrovsk do Partido Comunista da Ucrânia.
- 1940 — No Comité Regional de Dniepropetrovsk é eleito para o cargo de Secretário para a Indústria e Defesa, especialmente criado por decisão do CC do PCUS para organização da indústria militar da região e preparação da evacuação das unidades fabris face à agressão nazi.
- 1941 / 1945 — Durante a II Grande Guerra participou nas campanhas do Cáucaso e da Ucrânia, bem como nos combates pela libertação da Checoslováquia, Polónia e Hungria, tendo exercido sucessivamente as funções de chefe da Direcção Política da Frente Sul, chefe do Departamento Político do 18.º Exército e chefe da Direcção Política da 4.ª Frente Ucraniana, ascendendo à patente de general.
- 1945 / 1950 — Exercer sucessivamente as funções de chefe da Direcção Política da Circunscrição Militar dos Subcárpatos e de 1.º secretário dos Comités Regionais do Partido em Zaporóje e Dniepropetrovsk.
- 1950 — Exerce até 1952 as funções de 1.º secretário do Partido Comunista da Moldávia.
- 1952 — É membro do Comité Central do PCUS e, até 1953, candidato a membro do Bureau Político e secretário do CC do PCUS.
- 1953 — Desempenha, até 1954, as funções de vice-chefe da Direcção Política Central do Exército Soviético.
- 1954 — É, até 1955, segundo-secretário do CC do Partido Comunista do Casquistão e, de 1955 a 1956, primeiro-secretário, correspondendo este período ao arranque do desbravamento das terras virgens daquela República soviética.
- 1956 — Membro do Presidium do CC do PCUS e, até 1960, secretário do CC do PCUS, cargo que exerce cumulativamente, a partir de 1958, com o de vice-presidente do Bureau do CC do PCUS para a República Socialista Federativa Soviética da Rússia. No exercício destes cargos foi encarregue pelo CC do PCUS de tarefas de direcção na modernização das Forças Armadas da URSS e desenvolvimento da cosmonáutica.
- 1960 — É eleito presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS.
- 1963 — Passa de novo a exercer as funções de secretário do CC do PCUS.
- 1964 — É eleito primeiro-secretário (secretário-geral a partir de 1966) do CC do PCUS e, até 1966, exerce cumulativamente as funções de presidente do Bureau do CC do PCUS para a RSFSR.
- 1965 — É eleito membro do Presidium do Soviete Supremo da URSS, cargo para que é novamente eleito em 1977. Leonid Brejnev recebeu em 1961 o título de Herói do Trabalho Socialista, foi condecorado por três vezes com a medalha de ouro de Herói da URSS (em 1966, 1976 e 1978), e elevado em 1976 à patente de marechal da União Soviética. Em 1975, o Conselho Mundial da Paz atribuiu-lhe a Medalha de Ouro da Paz «Joliot-Curie».

# Cimeira da OUA em preparação na Líbia

Com um atraso de três meses e após intensas diligências para superar divisões internas, começou no início da semana em Trípoli, capital da Líbia, a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Organização de Unidade Africana (OUA).

A reunião, preparatória da 19.ª cimeira da OUA, marcada para os dias 23, 24, 25 e 26 do corrente mês, realiza-se num ambiente de expectativa quanto ao futuro da própria Organização. Na verdade, as forças imperialistas têm desenvolvido denodados esforços para se-  
near a divisão entre os numerosos países membros da OUA, separados já por si pelas diferentes opções políticas de cada um.

Até à data, e malgrado todas

as dificuldades, a OUA tem conseguido que a defesa de interesses comuns prevaleça, resistindo aos que, como os Estados Unidos, prefeririam ver os países africanos isolados, lutando entre si, impotentes face aos sérios problemas de desenvolvimento que tem de enfrentar e portanto mais vulneráveis à cobiça dos que invejam a sua posição estratégica ou as suas riquezas naturais.

A Organização de Unidade Africana viveu no passado mês de Agosto um impasse que, a manter-se, poderia inviabilizar a sua actividade. Duas dezenas de países membros recusaram-se a participar nessa reunião devido à admissão da República Árabe Saaraui Democrática (RASD) na organização.

O protesto na altura apresentado por Marrocos e mais 19 países que não reconhecem a RASD, veio acirrar problemas antigos e criar, pelo abandono dos trabalhos preparatórios da conferência, uma falta de «quorum» que impossibilitava a sua realização.

Num gesto político da maior importância o impasse foi quebrado pela própria República Árabe Saaraui Democrática que decidiu, «voluntária e provisoriamente» abster-se de participar nos trabalhos da OUA. Sem que tal gesto signifique de modo algum o abandono da luta pelo seu reconhecimento, a RASD conseguiu através dele evitar o que alguns consideravam já como inevitável: o bloqueio por tempo indefinido da actividade da OUA.

Um bloqueio que não teria deixado de agradar em especial aos Estados Unidos, lançados em grande escala na sua campanha africana, com o secretário de Estado George Bush em digressão de reconhecimento da situação actual.

Quando na próxima terça-feira se iniciar a cimeira da OUA o acontecimento representará por si só uma vitória da unidade africana. Difícil e porventura débil, mas nem por isso menos importante na luta geral dos povos pela independência, pela convivência pacífica, pela paz. Na altura, e segundo a tradição da organização, deverá assumir a presidência o dirigente líbio Muammar Caddafi, uma vez que a reunião se realiza na Líbia.

## Governo «AD»

# Degradação política rebaixamento moral

1. A posição oficial do Governo (divulgada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) sobre a morte de Leonid Brejnev constitui mais uma prova de extrema degradação política e rebaixamento moral que caracteriza o Governo da «AD».

2. Com eleito, representa uma afronta à dignidade do Estado português que o Governo da «AD» não hesi-

te em converter o falecimento do Chefe de Estado de um país que tem relações diplomáticas com Portugal num pretexto para alinhar expressões acincoas, mesquinhas e rancorosas e para repetir diatribes, falsificações e calúnias sobre a União Soviética, tudo em total desprezo por normas elementares de relacionamento entre Estados soberanos.

3. Registe-se ainda que

com o Governo «AD» a soberania nacional está já tão limitada que até para decretar, como é normal, luto nacional pelo falecimento de um Chefe de Estado estrangeiro, é necessário, segundo declarações governamentais, aguardar as posições assumidas nessa matéria pelos países da CEE e da NATO.

4. Com esta atitude, que fere a sensibilidade e os sentimentos de qualquer ci-

dadão isento e responsável e prejudica os interesses nacionais, o Governo «AD» pretenderá subir alguns pontos na sua cotação junto do imperialismo de que é fiel servidor, mas o que pode ter como certo é que, ao mesmo tempo, provocará a indignação e o repúdio do povo português.

11 de Novembro de 1982

A SIP DO PCP